

Manuela renova o desenvolvimentismo e lidera a defesa da unidade da esquerda

P *Princípios* apresenta, nesta edição, uma cobertura abrangente da pré-campanha de Manuela d'Ávila, do PCdoB, à Presidência da República. Dá sequência assim às análises que empreende das eleições agendadas para outubro.

Substancialmente, o que salta aos olhos é que Manuela, no elenco das 21 pré-candidaturas existentes, à esquerda e à direita, se distingue por apresentar inovadoramente, na forma e no conteúdo, diretrizes e bandeiras de um projeto de desenvolvimentismo soberano como caminho para o país adentrar um novo ciclo de prosperidade econômica e progresso social.

Certamente e felizmente, a pré-candidata dos comunistas não é a única a erguer essa bandeira, outras candidaturas também o fazem.

Mas Manuela se vale de ao menos dois diferenciais importantes.

Primeiro. Já em 2009, o seu partido, o PCdoB, empreendeu uma nova síntese de sua elaboração programática, processo pelo qual passou em revista não somente a elaboração estratégica dos comunistas, mas também a própria trajetória do velho e bom nacional-desenvolvimentismo que alçou o Brasil à companhia das nações que estão entre as dez maiores economias do mundo. Disso resultou uma hodierna formulação: lutar, agora e já, por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Desse modo, a campanha de Manuela usufrui de um labor teórico, político, prático que sua legenda empreende sobre o tema há quase uma década.

Assim, a deputada gaúcha, campeã de votos em seu estado, aponta ser preciso superar os obstáculos e distorções que o “antigo” nacional-desenvolvimentismo, hoje esgotado, não se propôs ou não pôde levar a cabo. Entre eles, Manuela destaca a escassa democracia sujeita a golpes e restrições periódicos; as gigantes desigualdades sociais e regionais; e o domínio direto ou dissimulado do imperialismo. Além de dar respostas às contradições que há no seio do povo brasileiro derivadas das singularidades do processo histórico de formação; entre elas, aquelas que derivam da pesada herança de mais de trezentos anos de escravidão.



Manuela fala para multidão durante o FSM-Salvador

Segundo. Manuela imprime ao Programa de seu Partido uma leitura, uma marca singular que vem do vigor, da pujança, de uma mulher que abraçou cedo a luta pela emancipação feminina, que amadureceu como cidadã e militante lutando pelos direitos da juventude de seu país. Com esses atributos, Manuela consegue dialogar, filtrar e incorporar com eficácia, ao Projeto de Nação, as bandeiras identitárias hoje caras a movimentos sociais e culturais do Brasil. Ao fazê-lo, Manuela agrega força, trabalha para criar um amálgama de gerações, gêneros e classes – com a classe trabalhadora à frente – em torno da luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Manuela adensa e firma sua pré-candidatura e, a par, enfrenta com desenvoltura um dos principais dilemas da esquerda e demais forças progressistas na presente disputa: num quadro de dispersão, como assegurar a presença desse campo político no segundo turno das eleições? Manuela, entre as candidaturas da esquerda, é a que lidera, sem dúvida, a defesa da unidade como caminho da construção da vitória das forças da nação e da classe trabalhadora.

Dada a circunstância de que as eleições se realizam sob a anomalia de um Estado de exceção que sufoca crescentemente o Estado Democrático de Direito, Manuela luta por eleições verdadeiramente livres. Nesse sentido, Manuela é liderança que se destaca na jornada nacional e internacional em curso pela liberdade do ex-presidente Lula, preso arbitrariamente, e pelo direito dele de ser candidatar.

Irrompe-se no cenário da disputa presencial um vento forte e bom de renovação. Numa das mãos, ela segura a bandeira da unidade, na outra, o estandarte de renovado projeto de Nação. Esse vento que veio lá sul do país chama-se Manuela d'Ávila, a terceira candidatura presidencial dos comunistas em quase um século da histórica legenda do PCdoB.

Adalberto Monteiro
Editor

Entrevista com Manuela d'Ávila

“Sou parte de uma corrente que, como diz o nosso hino, tem o Brasil como um sonho intenso”



o último dia 17 de novembro, dois dias após a comemoração dos 128 anos da Proclamação da República, centenas de militantes comunistas celebraram o lançamento da pré-candidatura à Presidência da Re-

pública de Manuela d'Ávila (PCdoB). O ato ocorreu durante a abertura do 14º Congresso da legenda, realizado em Brasília, e significou uma novidade na estratégia política do partido que, desde a redemocratização do país, nunca havia comparecido às disputas presidenciais com candidatura própria.

Como ela havia previsto, o Congresso seria o primeiro grande momento de sua pré-candidatura, pois a “militância é o coração do PCdoB”. “Hoje, certamente, vivo o momento mais bonito dessa trajetória, ao ser lançada pré-candidata à Presidência da República por nosso partido. Se o partido comunista é a honra do nosso tempo, como disse o Neruda, que honra enorme para mim ser a candidata dos comunistas à presidência do Brasil”, declarou a pré-candidata na ocasião.

Em entrevista exclusiva para *Princípios*, Manuela voltou a falar da emoção de encarar o desafio da disputa presidencial. “Eu me sinto parte de uma velha corrente que, como diz o nosso hino, tem o Brasil como um sonho intenso, um sonho de país desenvolvido, que cumpra o seu destino de grande nação dando assim condições de vida dignas para os seus filhos”, afirmou.

Apesar de ser a mais jovem candidata mulher a disputar a presidência, Manuela não embarca na apologia do “novo” na política. “Eu não me considero o novo e acho que quem se vende dessa maneira está fazendo uma marquetagem um pouco vazia. Tenho orgulho de fazer parte de uma velha corrente

de luta, nacional e internacional, que aos 96 anos de idade oferece ao povo uma bandeira sem nenhuma mancha. Isso vale mais do que qualquer suposta novidade dessas que são, muitas vezes, como dizia o Cazuzu, um museu de grandes novidades.”

No último dia 16 de abril, a pré-candidata lançou, em São Paulo, uma carta-compromisso que já traz as ideias iniciais do que será seu programa de governo (veja nas páginas 18 a 30). Nesta entrevista à *Princípios*, questionada sobre quais seriam as prioridades de sua plataforma de ação, Manuela destacou temas como a necessidade de construir um projeto nacional de desenvolvimento baseado na busca pelo crescimento econômico, na reindustrialização e na valorização do trabalho. Destacou também a necessidade de valorizar e resgatar “a democracia e as garantias constitucionais inscritas no texto de 1988”. “Para além disso, é preciso enfrentar, nesse marco, o conjunto das opressões que só crescem neste ambiente deletério que estamos vivendo, o machismo, o racismo, a homofobia”, afirmou.

Neste sentido, a pré-candidata comunista concordou que este é um diferencial importante de sua plataforma: as bandeiras identitárias e a causa feminista: “Este é um grande diferencial da nossa campanha, tocar em uma ferida aberta na sociedade brasileira, a da exclusão da mulher da vida política”, afirma. Para Manuela, a esquerda não é só eleição, é programa e “as causas identitárias são parte do nosso programa justamente porque pensamos um Brasil para todos”.

Segundo ela, considerar o enfrentamento à essas opressões como algo contraditório ao Projeto Nacional é um erro. “Ela é parte fundamental desse todo maior que é a luta pela realização do Brasil como nação independente”.



“A questão central é a questão nacional, a realização do Brasil como nação, mas ela só vai acontecer se os trabalhadores se transformarem, como pensava Gramsci, em “classe nacional”. Isso quer dizer que esta classe nacional precisa se demonstrar capaz de liderar os outros setores, hegemoniza-los, no sentido positivo do termo”

Manuela d'Ávila fala à militância comunista durante o 14o. Congresso Nacional do PCdoB (Brasília, novembro 2017)

PERFIL

Manuela d'Ávila é jornalista, tem 36 anos e é deputada estadual desde 2014, a mais votada naquele pleito. Cumpriu dois mandatos como deputada federal, tendo sido, nas duas ocasiões, a mais votada do Rio do Grande do Sul. Em 2010, teve mais de 400 mil votos, o que representou 8,06% dos sufrágios. Foi líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, indicada três vezes pelo DIAP como uma das 100 “Cabeças” do Congresso e cinco vezes ao Prêmio Congresso em Foco, que premia os melhores parlamentares do Brasil. Na Câmara Federal, Manuela foi autora da Lei do Estágio e relatora do Vale-Cultura e do Estatuto da Juventude, presidiu a

Comissão de Direitos Humanos e foi coordenadora da bancada gaúcha.

Em 1999, filiou-se à União da Juventude Socialista (UJS). Também foi vice-presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 2004, com 23 anos, foi eleita a mais jovem vereadora de Porto Alegre.

No PCdoB, ingressou em 2001 e, em 2013, foi eleita presidenta estadual do partido.

Manuela d'Ávila é casada com o músico Duca Leindecker. O casal tem uma filha de três anos, Laura. Também mora com eles, em Porto Alegre, o filho de Duca, Guilherme, de 13 anos.

Confira, a seguir, a íntegra da entrevista:



Uma campanha como a nossa cumpre também o papel de conscientizar sobre a dura realidade da exclusão das mulheres da política”



Princípios: Quando te procuraram pela primeira vez para falar na possibilidade de uma candidatura presidencial você aceitou o desafio na hora ou pediu pra pensar no assunto? Sua primeira reação foi mais de entusiasmo ou de preocupação?

Manuela d'Ávila: Participei desde o início dos debates sobre a candidatura e o meu nome surgiu entre os possíveis aí, no começo, de modo que não posso falar exatamente em surpresa. Fui pensando no correr do tempo e aceitei pela honra de representar o meu partido e pelo desafio que o Brasil nos coloca, especialmente nesses tempos difíceis.

Princípios: Agora que você já está na estrada, realizando sua pré-campanha, qual a sensação de encarar este desafio?

Manuela d'Ávila: Estou muito animada e feliz, apesar de todo o esforço que uma candidatura implica. É muito bom viajar o país apresentando as nossas ideias, colhendo opiniões e apoios. Temos tido uma receptividade maravilhosa, nossa mensagem - a de que é preciso lutar para que o Brasil se realize plenamente como nação independente - tem sido recebida com entusiasmo e isso é um grande estímulo.

Princípios: Como sua família está reagindo a essa novidade?

Manuela d'Ávila: Tenho o apoio de todos lá de ca-

sa, da Laura, do Guilherme meu enteado e de meu marido, o Duca. Nisso sou quase uma exceção, tenho um marido que me apoia em minha vida pública. Minha mãe, meu pai, minhas irmãs e irmão também são um esteio importante que tenho nesta jornada.

Princípios: Seus discursos e suas postagens nas redes sociais mostram que a maternidade foi um ponto de virada muito importante na sua trajetória. Sua filha Laura, 2 anos, está junto contigo em muitos eventos. Como você tem conciliado esta questão de ser mãe com a atividade política, que costuma ser, em geral, um ambiente predominantemente masculino e árido?

Manuela d'Ávila: A Laura é minha grande companheira. A campanha tem sido uma oportunidade de estarmos juntas em momentos muito bonitos, marcantes. Fico pensando que poucas crianças tiveram a oportunidade que ela está tendo de ver gente diferente, brincar com crianças de vários Estados, ouvir tantos sotaques, sentir tantos sabores... É claro que há momentos também em que ela está cansada ou preferia estar comigo exclusivamente para ela, mas é algo que estamos aprendendo a vivenciar juntas na estrada. Há um estranhamento de algumas pessoas com a presença dela. Isso se dá em função do machismo que impera na política. Os homens só estão por aí brilhando porque há um aparato, formado por

mulheres, que cuida das crianças que eles também colocaram no mundo. De modo que a presença de crianças parece, aos olhos de quase todos, como uma coisa um pouco exótica. Mas ela tem que ser naturalizada, porque as mulheres estão aí pra ficar e muitas mais de nós estão chegando, de modo que este é o novo normal.

Princípios: Você convive na Assembleia com alguns deputados provocadores de extrema-direita e o atual prefeito de Porto Alegre, ligado a grupos conservadores, também vive atacando a esquerda e os comunistas. Você tem sido alvo destes ataques? Como lida com estes posicionamentos?

Manuela d'Ávila: Eles já sabem que nada vai me acovardar. É claro que este ambiente é péssimo, desgasta profundamente quem atua no dia a dia. Pior do que isso, este clima de ódio cria um debate no qual ninguém ouve ninguém, no qual é muito difícil encontrar caminhos, consensos ainda que parciais. Quem perde com isso é o povo.

Princípios: O Rio Grande do Sul de Vargas, Jango e Brizola já elegeu governador petista, te elegeu a deputada mais votada e há uma série de momentos políticos importantes em que o povo gaúcho prestigiou a esquerda. Mas nos últimos anos a direita tem ocupado quase todos os espaços de poder no estado. Como você avalia esta mudança? E, mais especificamente, qual sua avaliação do governo Sartori?

Manuela d'Ávila: O governo Sartori é uma tragédia para o Rio Grande do Sul, dentre outros motivos porque resolveu enfrentar a crise do Rio Grande com uma política de destruição completa do aparelho de Estado. E o Estado é um elemento determinante para que saíamos da crise, porque é ele quem pode permitir, através de uma ação eficiente, retomar o



"As mulheres não participam da política porque são literalmente barradas, por um patriarcado que está entranhado nas relações familiares, de trabalho e de convívio social. Tente convencer uma mulher a ser candidata a qualquer cargo. Veja como é difícil para ela vislumbrar a superação de todos os obstáculos que se impõem a ela. Começamos refletindo pelas questões mais básicas: quem fica com as crianças?"

crescimento e o desenvolvimento econômico. O Rio Grande do Sul pode voltar a crescer, a ter uma arrecadação que o sustente, mas isso não vai acontecer se todos os instrumentos importantes para isso forem liquidados pelo Governo do Estado.

Princípios: A outra provável candidata mulher à Presidência em 2018, Marina Silva, nunca abraçou a causa feminista nas campanhas que disputou, mas você, ao contrário, tem demonstrado que esta será uma bandeira muito importante da sua candidatura. Até que ponto isso será um diferencial na sua campanha?

Manuela d'Ávila: Este é um grande diferencial da nossa campanha, tocar em uma ferida aberta na sociedade brasileira, a da exclusão da mulher da vida política. Veja bem, em um ranking de 190 países, estamos na 152ª posição quanto a participação de mulheres no parlamento. Temos apenas 10% de mulheres na Câmara e 16% no Senado. Entre os sul-americanos, por exemplo, estamos na última posição! Bolívia e Cuba tem agora mais da metade de seus parlamentos compostos por mulheres. Quanto ao poder executivo, estamos na 161ª. posição entre 186 países. Se você olhar para a atual equipe que governa o país, após dar um golpe na Presidenta Dilma, há somente uma mulher, que é a Grace Mendonça da AGU. Enquanto a média mundial de mulheres no primeiro escalão é de 18%. Em Governos

de Estados há 24 anos temos apenas uma mulher como governadora. Em 2015, por 15 votos na Câmara dos Deputados, perdemos a chance de ter cotas para mulheres nos nossos parlamentos, do federal ao municipal. Bolívia, Argentina e México, por exemplo, adotaram mecanismos formais e legislação própria para garantir a participação e a representatividade das mulheres na política. A minha candidatura vem também para expor esta situação dramática.

As mulheres não participam da política porque são literalmente barradas, por um patriarcado que está entranhado nas relações familiares, de trabalho e de convívio social. Tente convencer uma mulher a ser candidata a qualquer cargo. Veja como é difícil para ela vislumbrar a superação de todos os obstáculos que se impõem a ela. Começemos refletindo pelas questões mais básicas: quem fica com as crianças para que as mulheres participem? Quem vai fazer as tarefas domésticas? Como ela vai pra casa depois de intermináveis reuniões noturnas? E depois avançemos para as mais complexas: como lidar com o assédio, sexual e moral? Com a diferença salarial? Com a invisibilidade de nossas propostas? Com o calar da nossa voz quando tentamos falar? Uma campanha como a nossa cumpre também este papel de conscientizar sobre a dura realidade da exclusão das mulheres da política.

Princípios: Recente artigo de um líder do Partido Democrata dos Estados Unidos aponta que o discurso identitário tem tirado votos da esquerda naquele país. Este debate também comparece no âmbito da esquerda brasileira. Quais suas reflexões sobre este tema? Como as causas ditas identitárias se relacionam com o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento que é uma questão nuclear do Programa Socialista do PCdoB?

Manuela d'Ávila: Você deve estar se referindo à entrevista do Mark Lilla que saiu em março na imprensa. A entrevista chamou atenção porque ele disse que a esquerda deve tirar o foco da pauta identitária para conseguir ser eleita. Ele diz que os democratas perderam a capacidade de conceber e comunicar uma visão de país na qual pessoas de vários grupos diferentes se reconheçam e sintam que o programa político é para elas também. Mas aí é que está a questão, a esquerda não é só eleição, é programa. As causas identitárias são parte do nosso programa justamente porque pensamos um Brasil para todos, em que todos se reconheçam. Nos inspiramos no sonho de nação embalado por

Vargas, Jango, Juscelino e que esteve presente nos treze anos de governos populares Lula e Dilma. Este é o nosso norte, a razão de ser da nossa candidatura, inclusive porque só ele é capaz de abrir caminho para transformações maiores. No entanto, existe o que a literatura marxista nominava de contradições no seio do povo. Não há formação econômico-social que não as tenha. A mais importante delas, no capitalismo, é a de classes, que opõe burguesia e proletariado. Mas há outras, como o machismo e o racismo, este especialmente importante em um país com um passado escravista como o brasileiro. A questão central é a questão nacional, a realização do Brasil como nação, mas ela só vai acontecer se os trabalhadores se transformarem, como pensava Gramsci, em “classe nacional”. Isso quer dizer que esta classe nacional precisa se demonstrar capaz de liderar os outros setores, hegemoniza-los, no sentido positivo do termo. Esta liderança só se dará com a classe demonstrando ser portadora de um programa que seja capaz de superar essas contradições.

Considerar o enfrentamento à essas opressões como algo contraditório ao Projeto Nacional é um erro. Ela é parte fundamental desse todo maior que é a luta pela realização do Brasil como nação independente.

Princípios: O PCdoB é talvez o partido que mais se posicionou a favor de uma ampla unidade da esquerda para enfrentar os retrocessos im-

postos pelo golpe e retomar o governo para o campo progressista em 2018. No entanto, cada partido de esquerda resolveu lançar candidatura própria. Como obter unidade com esta fragmentação de candidaturas?

Manuela d'Ávila: Nós estamos fazendo tudo para a construção da unidade. A Fundação Maurício Grabois esteve à frente, junto com a suas congêneres dos partidos do campo popular, na organização de um manifesto programático. Temos tido conversações entre os candidatos. Quero crer que as conversas irão se aprofundar nos próximos meses. Disposição de nossa parte não tem faltado e não faltará.

Estamos fazendo tudo para a construção da unidade. A Fundação Maurício Grabois esteve à frente, junto com a suas congêneres dos partidos do campo popular, na organização de um manifesto programático. Temos tido conversações entre os candidatos. Quero crer que as conversas irão se aprofundar nos próximos meses. Disposição de nossa parte não tem faltado e não faltará.

Princípios: Tudo indica que teremos um grande número de candidatas nesta eleição presidencial. Por enquanto, 18 nomes já se apresentaram para a disputa. Qual será a sua marca, o seu diferencial em relação aos demais?

Manuela d'Ávila: Defendemos um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho para a superação da crise e como vereda para a realização plena do Brasil como nação. Temos falado que é preciso defender a liberdade do Brasil, como país independente, e dos Brasileiros, como cidadãos.

A liberdade do país está em risco, porque estamos vivendo uma enorme ofensiva neocolonial. As grandes potências e as grandes corporações, como modo de minorar a crise do capitalismo, querem se apossar diretamente dos recursos, especialmente dos países de desenvolvimento médio e de grande riqueza natural, como o Brasil. A defesa absoluta da repactuação da democracia nos países, do respeito à constituição federal de 1988 e a da participação das mulheres na política também serão grandes marcas da nossa campanha.

Defendemos uma nova política econômica que permita abrir um novo ciclo de desenvolvimento com distribuição de renda. Para tanto, é necessário um pacto que privilegie a produção, a atividade dos trabalhadores e empresários produtivos e que subordine a esse projeto o setor financeiro. Uma nova política de juros, de câmbio e de investimento público, mecanismos que mobilizem o investimento privado de forma consistente, uma reforma tributária que faça os ricos pagarem imposto e que deixe de tributar o consumo penalizando os mais pobres são questões nodais desse projeto. Tudo isso só se efetivará com o fortalecimento do Estado, que deverá ser o elemento condutor desse Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Temos usado os vídeos como instrumento para apresentar pontos de nosso programa, propostas concretas, recomendo a todos que os assistam e, se possível, contribuam em sua divulgação.



Manuela participa do ato Cultura pela Democracia, na Fundação Progresso, Rio de Janeiro

Princípios: Outros pré-candidatos do campo progressista têm dito que será preciso anular atos lesivos do governo Temer, como a PEC que congelou gastos públicos por 20 anos. Quais medidas tomadas pelo governo Temer nestes dois anos pós-golpe você julga mais nocivas?

Manuela d'Ávila: Nossa, são tantas medidas nocivas que é até difícil listar, algumas se destacam pelo grau de prejuízo total ao desenvolvimento do Brasil, como a PEC do teto (PEC 55), a Reforma Trabalhista, as medidas permissivas ao Trabalho Escravo, a retirada de famílias do Bolsa Família, a não implementação do PNE (plano nacional da educação), a abertura do pré-sal aos estrangeiros, a Reforma do Ensino Médio, a suspensão da participação na UNASUL, a destruição da FUNAI, as ameaças à Eletrobras, as ameaças ao sistema de Previdência, as ameaças à Petrobrás. Estas últimas esperamos que fiquem como ameaças que conseguiremos reverter após as eleições de 2018.

Princípios: Você é uma profissional da comunicação e tem boa parte de sua trajetória política ligada aos movimentos de juventude. Isso se reflete na sua atuação nas redes sociais, que tem sido muito elogiada. A internet será instrumento prioritário na estratégia de comuni-

cação da sua campanha? Como tem lidado com ondas de fake News direcionadas contra sua pré-campanha?

Manuela d’Ávila: Já tem sido. Todas as medições de influência nas redes sociais têm demonstrado que estamos nas primeiras posições em todas as ferramentas. As redes, apesar das limitações, são um instrumento importante para quem tem ideias e não tem meios financeiros, nosso caso. Mesmo para quem tem recursos elas têm se tornado a principal arena de disputa de ideias. Veja os últimos escândalos que envolvem o facebook e o roubo de dados para campanhas. Imagine que o Brexit e a eleição de Trump foram contaminadas pelo uso inescrupuloso das redes para campanhas. Não fariam isso se as redes não influenciassem. As fake news são um fenômeno deletério e eu sou uma das vítimas preferenciais desse tipo de ataque. Penso que isso é uma consequência de nossa força nas redes, uma espécie de reação. A questão principal para mim é quem paga a produção e veiculação dessas peças, porque isso custa dinheiro. Penso que os órgãos que estão preocupados com a questão deveriam empreender uma investigação séria para descobrir de onde vem a grana que financia a mentira nas redes. Grande parte da nossa energia de campanha é desperdiçada ao termos que nos dedicar a denunciar e barrar a profusão das fakenews.

Princípios: Nas campanhas que disputou, seus adversários tentaram te atingir com discursos anticomunistas? Se sim, como lidou com isso? Com o crescimento do protagonismo de grupos de direita no país, teme ser alvo deste tipo de preconceito ideológico durante a campanha?

Manuela d’Ávila: Sou alvo desse tipo de ataque diuturnamente. É bom lembrar que já disputei, de forma muito competitiva, duas eleições majoritárias. Agora isso se repete e de maneira ampliada. Isso é preocupante porque estamos vivendo episódios de violência política aberta, com uma série de assassinatos de lideranças do movimento popular, da vereadora Marielle, os ataques contra a cara-

vana do Presidente Lula. Mais recentemente contra o Acampamento Marisa Letícia em Curitiba. Mas o ódio e o anticomunismo não nos intimidarão, manteremos alta a nossa bandeira vermelha e levaremos as nossas propostas a todos os cantos.

Princípios: Na sua opinião, a campanha de 2018 será polarizada numa disputa entre esquerda e direita ou a tendência, como apontam alguns analistas, é o eleitorado fugir desta polarização?



“Eu não me considero o novo e acho que quem se vende dessa maneira está fazendo uma marquetagem um pouco vazia. Tenho orgulho de fazer parte de uma velha corrente de luta, nacional e internacional, que aos 96 anos de idade oferece ao povo uma bandeira sem nenhuma mancha.”

Manuela d’Ávila: Penso que no campo conservador há um programa definido, que engloba de Bolsonaro a Marina e que é o da entrega do patrimônio público, da destruição do Estado Nacional, do atendimento dos interesses dos banqueiros e do capital financeiro. É o programa que tem como objetivo mais importante aplinar o caminho para o neocolonialismo.

Contra esse programa estão os candidatos do campo progressista, que tem defendido, cada qual ao seu modo e com suas ênfases, um programa de desenvolvimento para o país. Acho que esta é a polarização real. Torço para que ela fique clara para o povo e que conversas furadas como esta de “centro político”, um engodo completo, não prosperem. Se a polarização existente ficar clara o campo progressista vencerá as eleições.

Princípios: Na última eleição presidencial no Chile, ocorrida em novembro do ano pas-

sado, apesar da vitória do candidato da direita, a grande surpresa da eleição foi a expressiva votação da candidata de esquerda Beatriz Sánchez que, por pouco, não foi para o segundo turno. Você acredita que isto pode ocorrer no Brasil também?

Manuela d’Ávila: Acho que em situações limite como a que o país vive coisas extraordinárias acontecem. As pessoas estão cansadas, querem caminhos que não sejam os tradicionais. Eu não me considero o novo e acho que quem se vende dessa maneira está fazendo uma marquetagem um pouco vazia. Tenho orgulho de fazer parte de

uma velha corrente de luta, nacional e internacional, que aos 96 anos de idade oferece ao povo uma bandeira sem nenhuma mancha. Isso vale mais do que qualquer suposta novidade dessas que são, muitas vezes, como dizia o Cazusa, um museu de grandes novidades. Agora, apesar de nósirmos de longe, nossas ideias são novas porque derivam de uma leitura da realidade atual, do mundo tal qual se apresenta em nossos dias. Isso pode, de fato, catalisar um movimento mais amplo.

Princípios: A revista *Princípios* publica, nesta edição, a íntegra do manifesto de sua pré-campanha que foi lançado em 16 de abril no Teatro Oficina, na cidade de São Paulo. Quais propostas e mensagens ali contidas você destacaria?

Manuela d'Ávila: Nosso manifesto fala de duas liberdades. A liberdade do Brasil se desenvolver como nação independente, ameaçada pela ofensiva neocolonial e a liberdade de nosso povo, em risco diante dos ataques à democracia, aos direitos individuais, aos direitos civis, à liberdade de expressão, de livre organização, etc.

A liberdade do país contra os novos colonizadores vamos conquistar com um projeto nacional de desenvolvimento, baseado na busca pelo crescimento econômico, na reindustrialização, na valorização do trabalho. Como eu já disse, o caminho para a libertação plena de nosso povo é a realização de todas as potencialidades do nosso país, processo impedido pelo domínio que as grandes potências estrangeiras e seus aliados exercem por aqui.

Eu me sinto parte de uma velha corrente que, como diz o nosso hino, tem o Brasil como um sonho intenso, um sonho de país desenvolvido, que cumpra o seu destino de grande nação dando assim condições de vida dignas para os seus filhos.

A outra liberdade vamos conquistar reestabelecendo a democracia e as garantias constitucionais inscritas no texto de 1988. Para além disso, é preciso enfrentar, nesse marco, o conjunto das opressões que só crescem neste ambiente deletério que estamos vivendo, o machismo, o racismo, a homofobia.

Princípios: Qual será, na sua opinião, o grande tema desta disputa presidencial de 2018?

Manuela d'Ávila: Lutaremos para que o debate eleitoral se dê no tema real que ele enfeixa: queremos ser um país independente, com um caminho próprio, capaz de realizar todas as suas potencialida-



Manuela com militantes em ato do 1o. de Maio, em São Paulo (2018)

des, ou nos contentaremos com a condição de nova colônia das grandes potências? Esse é o grande dilema e o que divide, de fato, os campos no Brasil. Se conseguirmos fazer com que o povo distinga de forma clara essa disjuntiva, penso que a esquerda tem todas as condições de vencer o pleito.

Princípios: Você tem se engajado com vigor na campanha "Lula Livre". Há o risco concreto de que esta jornada democrática não consiga libertar o ex-presidente e assegurar seu direito de ser candidato. Isso traz dilemas para o conjunto das forças políticas do país e não só para o PT. Como analisa a prisão de Lula e as consequências desta prisão para a democracia brasileira?

Manuela d'Ávila: O presidente Lula está preso sem provas em um processo criticado por nove em cada dez juristas brasileiros e do resto do mundo. O cárcere de Lula está relacionado diretamente com o governo realizado por ele e com a sua posição nas atuais pesquisas de intenção de voto para a presidência. Lula é hoje o preso político mais importante do mundo e a sua situação transforma o Brasil em um país menor no concerto das nações. Não há como explicar uma coisa como essa. É preciso unir todos os democratas, todas as pessoas comprometidas com o Estado democrático de direito para lutar pela soltura do ex-presidente.

Entrevista respondida por e-mail.

Edição: Cláudio Gonzalez

Carisma pessoal, compromisso e presença nas lutas populares, coerência ideológica, discurso antenado, sucesso eleitoral e experiências inovadoras. As marcas de uma trajetória que, em menos de 20 anos, levaram Manuela d'Ávila do movimento estudantil para a disputa presidencial



1981 - Manuela d'Ávila nasce em Porto Alegre no dia 18 de agosto, filha da juíza Ana Lúcia e do engenheiro Alfredo D'Ávila. Manuela tem quatro irmãos: Luciana (advogada), Carolina (publicitária), Mariana (atriz) e Fernando (historiador).

1995 – Devido às constantes transferências de comarca da mãe, a família morou até este ano em Estância Velha, São Lourenço do Sul, Pedro Osório e Rio Grande, quando voltam para a capital e Manuela ingressa no Colégio Pastor Dohms.

1999 – Passou no vestibular para Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e para Jornalismo na PUC. Inicia a militância estudantil e filia-se à União da Juventude Socialista (UJS).

2001 – Filia-se ao PCdoB. De 2001 a 2003 integrou a direção nacional da UJS e a vice-presidência Sul da União Nacional dos Estudantes (UNE)

2003 – É eleita vice-presidente da UNE. Encerra o curso e se diploma jornalista.





2004 - É eleita a vereadora mais jovem de Porto Alegre com 9.498 votos, ou 1,19% dos votos válidos. Como vereadora, apresentou o projeto de lei 9.989/06, sobre meia-entrada para estudantes, pauta defendida em campanha e plataforma da União Nacional dos Estudantes. A lei assegura aos estudantes matriculados em alguns estabelecimentos de ensino regular e aos jovens com até quinze anos o direito ao pagamento de meia-entrada em atividades culturais, esportivas e em cinemas.

2006 - É eleita deputada federal com 271.939 votos, sendo a candidata a deputada mais votada do estado nas eleições daquele ano. Um de seus projetos como deputada foi um substitutivo, que regulamentou estágios em ensino superior e técnico.

2008 - Disputa a Prefeitura de Porto Alegre e fica na terceira colocação. Manuela obteve 121 232 votos, ou 15,35% dos votos válidos.

2010 - Reeleita deputada federal com 482 590 votos, ou 8,06% dos votos válidos. Esta foi a maior votação no Rio Grande do Sul e uma das maiores do Brasil.

2011 - Presidiu a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e foi coordenadora da bancada gaúcha. Na Câmara Federal, Manuela foi autora da Lei do Estágio e relatora do Vale-Cultura e do Estatuto da Juventude, legislação que garante direitos e deveres aos jovens Brasileiros. No estatuto, foram incluídos assuntos considerados polêmicos, como a igualdade na orientação sexual. O estatuto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 5 de outubro de 2011, e no Senado Federal em 15 de fevereiro de 2012.





2012 – Disputa a Prefeitura de Porto Alegre e fica em segundo lugar. Recebeu 141.073 votos (17,76% dos votos válidos). Neste ano, casa-se com o músico gaúcho Duca Leindecker



2013 – Lidera a bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados, quando também é eleita presidenta estadual do PCdoB-RS. Neste ano, foi indicada, pelo quinto ano consecutivo, ao Prêmio Congresso em Foco. Pelo segundo ano, foi destaque na categoria “parlamentar de futuro”, formada pelos parlamentares com menos de 45 anos que melhor representam a população no Congresso. Foi apontada como uma das cem parlamentares mais influentes do congresso, também conhecidos como “cabeças do congresso”, pelo DIAP e figurou entre os trinta mais influentes pela revista *Veja* e cem brasileiros mais influentes pela revista *Época* em 2011.



2014 – Eleita deputada estadual com 222 436 votos (3,64% dos votos válidos). Como deputada estadual, apresentou projetos importantes, defendendo o direito das mulheres, LGBTs, trabalhadores e primeira infância. Manuela também foi proponente de diversas audiências públicas para debate de problemas e soluções com a população. Manuela é mestrande em Políticas Públicas pela UFRGS e na Assembleia Legislativa, é Procuradora da Mulher.



2015 – Em 27 de agosto nasce Laura, sua primeira filha.



2018



16 a 19 de janeiro - Sevilha e Lisboa

Sevilha - Espanha:

Seminário Internacional “Neoliberalismo y Democracia Sobrante: Nuevas Formas de Organización Política”.
Universidad Pablo de Olavide

Lisboa - Portugal:

- Debate: Limites e resistência ao neoliberalismo: Brasil
Debatedores: Manuela, Tarso Genro, Manuel Carvalho da Silva
Fundação José Saramago - Casa dos Bicos

-Visita à cidade de Loures (Grande Lisboa) - experiências de políticas públicas e poder local.

- Sessão de solidariedade com o povo brasileiro, organizada por um conjunto de personalidades na Casa do Alentejo (com Partido Comunista Português)

22 de janeiro
Porto Alegre

- Ato de juristas e intelectuais em Defesa da Democracia

22 de janeiro
Porto Alegre

No dia em que Brizola faria 96 anos, UNE e UBES transferem sedes para Porto Alegre, assim como há 57 anos em defesa do direito de Lula ser candidato



23 de janeiro
Porto Alegre

- Mulheres pela Democracia e pelo Direito de Lula ser candidato

- Marcha pela Democracia



2017 – Indicada pelo PCdoB pré-candidata à Presidência da República, em 18 de novembro é aclamada durante o 14º. Congresso Nacional do PCdoB, em Brasília.

2016 – Anuncia que não será candidata à Prefeitura de Porto Alegre, para cuidar de sua filha Laura com cinco meses, embora fosse a favorita nas pesquisas com o dobro de intenções da segunda colocada Luciana Genro (PSol).

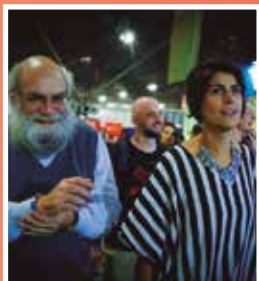


9 de dezembro de 2017

Marabá

- Ato na Câmara de Vereadores em homenagem a Paulo Fonteles Filho, falecido em 26/10/2017-

Manuela faz uma visita ao acampamento Hugo Chaves do MST em Marabá – Pará, terra da Guerrilha do Araguaia de onde os latifundiários querem a desapropriação de 300 famílias, sendo mais de 150 crianças.



2 de fevereiro

Brasília

Encontro Eleitoral do PCdoB

- Campus Party - Debate no Palco Principal . Tema: Neutralidade de rede

Debatedores: Paulo Teixeira (Dep. Federal) e Francesco Farruggia (presidente do Instituto Campus Party)

Convidados: Todos os presidenciáveis

04 de fevereiro

São Paulo

Plenária Nacional da UJS - Nazaré Paulista - SP

- Participação no desfile do Baixo Augusta (Carnaval São Paulo).

19 de fevereiro

Rio de Janeiro

- Debate sobre Segurança Pública no Museu do Amanhã

23 de fevereiro

Recife

- Visita e Debate no Porto Digital. *Desenvolvimento nacional e estratégias de inovação: ideias para o Brasil.*

- Encontro com Governador Paulo Câmara e Prefeito Geraldo Julio – Palácio das Princesas;

- Encontro com estudantes e professores - Universidade Católica de Pernambuco



22 de fevereiro

Olinda

- Debate sobre cultura



1º de março - Rio de Janeiro

- Seminário - saídas para a crise: um olhar das mulheres - Teatro de Anônimo - Fundação Progresso. (com Fundação Maurício Grabois)



5 de março - São Paulo

- Debate com lideranças e militância da Frente Favela Brasil



8 de março - São Paulo

- Ato político unificado das mulheres em São Paulo (Leci Brandão participou)

- Roda de conversa: saídas para a crise pelo olhar das mulheres. Promoção: Faculdade de Educação da PUC/SP. 19h - Tucarena. Participantes: Manuela, Eliane Dias, Pilar Del Rio, Carina Vitral, Tabata Amaral.

2 de março - São Paulo

- Debate na Semana Acadêmica do CA de Direito do Mackenzie - Rumos para o Brasil.



6 e 7 de abril - São Bernardo do Campo

Manuela na linha de frente do ato de solidariedade a Lula após o ex-presidente ter sua prisão ilegal decretada

12 de abril - Montevideo e Buenos Aires

- Eventos em defesa da democracia, em solidariedade ao ex-presidente Lula

Montevideo - Reunião com direção da Frente Ampla FA (Encontro com Lucía e Mujica entre outros)

Buenos Aires - Visita a Hebe Bonafini (Madras da plaza de mayo); Encontro com a senadora Cristina Kirchner; Exposição sobre a situação brasileira - Congresso Nacional

16 de abril - São Paulo

- Teatro Oficina - Lançamento do Manifesto Liberdade para o Brasil. Liberdade para as Brasileiras e para os Brasileiros. Liberdade para Lula



1º de Maio - São Paulo e Curitiba

- Atos pelo Dia do Trabalhador da Força Sindical e da CTB, CUT, Intersindical, ambos em São Paulo; e Ato Unificado em Curitiba



16 de março - Salvador
 - Fórum Social Mundial
 - participação na Assembleia Mundial das Mulheres, no Fórum Social Mundial.

16 de março - Vitória
 - Ato de filiação do deputado federal Givaldo Vieira ao PCdoB

2 de abril - Cuiabá
 - Audiência Pública sobre a Lei de Políticas Públicas de Combate ao Feminicídio - Assembleia Legislativa do MT

15 de março - Salvador

- Fórum Social Mundial - Assembleia Internacional em Defesa das Democracias, com a presença de Lula



19 de março - Belo Horizonte
 - Recebe o título de Cidadã belorizontina na Câmara de BH.



23 de abril - São Paulo
 - Roda Viva - debate na Faculdade de Direito da USP. Promoção: CA XI de Agosto, DCE da USP e APG da USP.



19 a 21 de abril - Manaus
 - Seminário da Amazônia - Faculdade de Ciências Agrárias - FCA - com FMG
 - Ato político na Assembleia Legislativa do Amazonas



8 de Maio - São Paulo
 - Manuela visita a III Feira Nacional da Reforma Agrária, no Parque da Água Branca, em São Paulo



8 de Maio - Niterói - RJ
 - Manuela discursa, junto a outros 10 presidentes, para prefeitos de todo o Brasil na 73ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos

18 de Maio - Fortaleza
 - Visita ao Instituto Katiana Pena em Bom Jardim, Fortaleza

16 de maio - Curitiba
 - Visita ao acampamento Lula Livre

MANIFESTO PELAS LIBERDADES



Carta-compromisso de Manuela d'Ávila apresenta ideias para um novo projeto nacional de desenvolvimento

Espaço de resistência, de defesa de liberdades e sonhos, o Teatro Oficina, em São Paulo, foi palco do lançamento de manifesto da pré-candidatura de Manuela d'Ávila (PCdoB) à Presidência da República. Batizado de "Liberdade para o Brasil, para Lula e para as Brasileiras e Brasileiros", o texto faz uma contundente defesa da democracia, da unidade das forças progressistas e populares, e apresenta as ideias iniciais da pré-candidata para a formulação de uma plataforma que aponte na direção de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil



O objetivo deste encontro é o de "reafirmarmos o nosso compromisso com a liberdade dos brasileiros de serem governados por seus próprios interesses"



Nós queremos convidar vocês para que construam junto conosco a nossa pré-candidatura, sabedores de que, para o Brasil ser uma grande nação, é preciso garantir liberdade para o país caminhar com suas próprias pernas. É preciso liberdade para nossa gente e é preciso gritar em alto e bom som que queremos Lula livre, porque a liberdade de Lula é o resgate das soluções democráticas", declarou Manuela.

Com estas palavras, a pré-candidata do PCdoB à presidência da República lançou no dia 16 de abril, no Teatro Oficina, na região central de São Paulo, a carta-compromisso com um conjunto de ideias que servirão para formular a plataforma e o programa da candidatura. Manuela explica que a carta-com-

promisso traz "ideias, projetos, meios e caminhos para que o Brasil volte a ser um sonho intenso e retome a trilha do desenvolvimento autônomo" e é um ponto de partida para acolher contribuições e ideias programáticas, com objetivo de agregar forças e apontar saídas para tirar o Brasil do "quadro doloroso em que se encontra e encaminhá-lo para um novo ciclo de desenvolvimento soberano, democrático e socialmente justo".

A ênfase na defesa da liberdade de Lula no ato de lançamento e no próprio documento não se deu apenas pela proximidade de data com a grande mobilização que ocorreu alguns dias antes, quando Lula tornou-se preso político por ordem do juiz Sérgio Moro. Segundo a pré-candidata, a prisão de Lula faz parte de um processo nocivo de corrosão da demo-

Fotos: Karla Boughof



Manuela entrega a Lurian, filha de Lula, um pañuelo enviado pelas Mães da Praça de Maio



Ana Luíza



Ana Canãs



O teólogo Leonardo Boff (foto), o cineasta Jorge Furtado, a atriz Tássia Camargo e o ator Wagner Moura, além do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e Preto Zezé, da Central única de Favelas, todos enviaram mensagens e qualificaram a candidatura da gaúcha Manuela como a novidade eleitoral de 2018

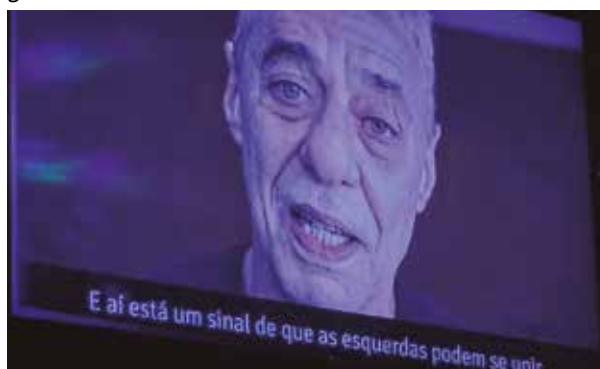
cracia e do Brasil como Nação. “Os ataques aos direitos e às liberdades tem por objetivo desmontar o Brasil e comprometer sua independência nacional”. Para ela, “a destruição da Nação e o avanço do autoritarismo caminham de mãos dadas”.

Manuela incorpora em sua carta-compromisso muitos projetos e diretrizes inaugurados quando a esquerda assumiu o poder central da República em 2003 com a posse presidencial do metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva.

Da longa lista de propostas incorporadas, vale destacar a defesa da industrialização do país. “A história nos mostra que em nosso país só houve desenvolvimento em sentido amplo, com passos civilizatórios efetivos e geração de emprego, quando a indústria cresceu, e a indústria só cresceu quando o Estado a apoiou, com políticas desenvolvimentistas, fundando empresas e respaldando a iniciativa privada”, defende Manuela.

A carta-compromisso da pré-candidata afirma que um socialismo com marcas brasileiras ainda é um sonho distante. “Por isso, o nosso Projeto não será mais um Projeto de Desenvolvimento, mas sim um Projeto de País. Um Projeto de país com suas partes articuladas, a ser aplicado com coragem, firmeza e confiança por um governo que surgirá da luta do povo por liberdade, legitimado por eleição livre”.

Depois de ler o texto, em que aponta os principais pontos de sua plataforma, a pré-candidata fez uma defesa da unidade das forças progressistas. “Deve-



Diversos artistas enviaram vídeos com mensagens de apoio à pré-candidatura de Manuela d’Ávila, como Chico Buarque, que ressaltou a coragem de Manuela. Para o autor de ‘Apesar de Você’, “Manu demonstra que as esquerdas podem se unir e devem se unir”. Houve também vídeos de Beth Carvalho, Fernanda Takai, Gilberto Gil, Wagner Moura e Caetano Veloso.



mos estabelecer pontes e vínculos profundos para que a esquerda e o setor progressista e democrático dialoguem exaustivamente”, disse.

Caetano, Chico e Gil

Em uma noite permeada por canções que remetiam à resistência democrática das décadas de 1960 e 1970, Ana Cañas – que tem participado ativamente das manifestações contra o golpe e a prisão política do ex-presidente Lula – abriu o evento com a música “Velha Roupa Colorida”, de Belchior. Ana Luíza e Luiz Felipe, voz e piano, executaram o Hino Nacional e a música ‘Cálice’, de Gilberto Gil e Chico Buarque. Já a cantora, compositora e deputada estadual Leci Brandão (PCdoB-SP) cantou “Zé do Carço”, em homenagem a Lula. Leci se referiu a Manuela como “mulher jovem, guerreira, ativista e corajosa, que tem todas as condições de trazer uma nova esperança ao país”. O rapper Flávio Renegado improvisou “toada-rap” à capela em homenagem à Manuela.

Outros expoentes da música brasileira, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Beth Carvalho e Fernanda Takai, gravaram mensagens em vídeos, desejando sorte à pré-candidata do PCdoB. O teólogo Leonardo Boff ressaltou a necessidade de “refundar nosso país” e saudou a pré-candidatura comunista. O ator Wagner Moura, em vídeo, também celebrou: “Ficaria muito feliz em viver num país governado por você”.

Representantes do campo popular e democrático presentes ao ato falaram sobre a conjuntura no País e saudaram a importância do nome de Manuela na disputa eleitoral. Para Celso Amorim (PT), ex-ministro dos governos Lula e Dilma, é preciso “afastar o fascismo, em meio à escalada do ódio no país”. O deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ) destacou que “as esquerdas nunca estiveram tão fortes”.

Lula foi representado por sua filha, Lurian. “Eles não conseguiram nos calar, nem apagar nossa alegria, nem destruir nossos sonhos. Temos a consciência de que há um crime político acontecendo

neste país”, afirmou Lurian. “Manuela, toda a sorte do mundo. Terei o maior prazer em estar na sua campanha. Meu candidato é Lula, mas virei a todas as atividades da sua campanha. E estou à disposição para tudo que a gente puder lutar junto”, agregou.

“Unidade tem que ser pra valer”

Manuela – que tem participado intensamente da jornada em defesa do ex-presidente Lula – esteve no Uruguai e na Argentina, onde se encontrou com os ex-presidentes Pepe Mujica e Cristina Kirchner e com a ativista dos direitos humanos Hebe de Bonafini. No Teatro Oficina, ela entregou a Lurian um presente enviado pelas Mães da Praça de Maio: um lenço branco, símbolo e mais alta homenagem do movimento argentino.

João Paulo, da coordenação nacional do MST, presenteou Manuela com uma bandeira do movimento e destacou que, nos momentos mais importantes da história, os comunistas estiveram presentes. “Fazemos parte da Frente Brasil Popular e sabemos que a unidade tem que ser para valer, na luta, na elaboração”, declarou. “Pode contar com o povo sem terra nas lutas em defesa do Brasil, do socialismo e da reforma agrária.”

O vice-presidente do PT, Márcio Macedo, elogiou Manuela. “Estou aqui para dizer, Manuela, que você é um dos quadros mais qualificados que nossa geração produziu. Você tem o acúmulo de uma geração que quer fazer e acontecer. Que você possa fazer o bom combate”, disse Macedo.

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), frisou sua admiração pelos comunistas. “Sou da geração de 1968. Desde então, sempre estive ao meu lado dos bravos guerreiros do PCdoB”. Para ele, Manuela é uma “guerreira” que se propõe “a esse desafio grandioso, que é disputar a Presidência pelo campo democrático e popular”.

Caminhos para o Brasil

Última a falar, antes de Manuela, a deputada federal Luciana Santos, presidenta nacional do PCdoB, explicou que a pré-candidatura tem o objetivo de discutir caminhos para o Brasil. “A resposta mais contundente que podemos dar é debater as ideias para sair desse caos que esse conluio de forças impôs ao país. É para isso que serve a pré-campanha de Manuela, que é uma expressão do novo no nosso país”, afirmou.

Para Luciana, Manuela “é o novo porque é portadora das ideias do PCdoB, que existe como necessidade histórica de superar o capitalismo. Ela é porta-voz de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Será porta-voz das reformas estruturantes que o país precisa, da luta pelos direitos humanos. Manu é uma pessoa que o povo brasileiro precisa conhecer”.

Cláudio Gonzalez, redação



Confira a seguir a íntegra da carta-compromisso da pré-candidata Manuela d'Ávila

Liberdade para o Brasil. Liberdade para as brasileiras e para os brasileiros. Liberdade para Lula

"Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda."

(Cecilia Meirelles)

Vivemos tempos difíceis de ameaças a conquistas básicas da civilização no Brasil e no mundo. Trata-se de uma crise de múltiplas dimensões, onde as liberdades, a democracia e a soberania são a cada dia menos toleradas por um capitalismo em crise, que saqueia riquezas de povos e nações, ameaça garantias individuais, cerceia as oportunidades das pessoas.

O Brasil é, de tempos em tempos, colocado diante de uma encruzilhada. É aquela à qual fazia referência o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho: de que no Brasil havia dois grandes partidos (dois grandes projetos): o de Tiradentes e o de Silvério dos Reis. Esta é a encruzilhada à qual as forças golpistas nos levaram: a de uma Ordem que é antinacional, antidemocrática e que agravou as ameaças à liberdade do Brasil como nação independente e as ameaças às liberdades dos brasileiros.

Estamos em abril, o mês das lutas por liberdade. Este é o compromisso deste encontro: o de reafirmamos o nosso compromisso com a liberdade dos brasileiros de serem governados por seus próprios interesses.

A escolha do lugar onde realizamos nosso ato não foi casual. O Teatro Oficina, essa janela aberta para o mundo, casa de Zé Celso e Lina Bo Bardi, é espaço de resistência, da defesa das liberdades e dos sonhos, desse sonho intenso que é o Brasil. Estarmos no Oficina é dizer que a força da grana que destrói coisas belas não pode com tudo e com todos.

Como chegamos a essa situação?

Superamos uma ditadura que se estendeu por 21 anos construindo um pacto democrático em torno da Constituição Cidadã de 1988. É um texto avançado, progressista, que garante direitos sociais e individuais, institui mecanismos democráticos e aponta caminhos para o desenvolvimento nacional soberano.

Quantos artigos de nossa Constituição são resultado de projetos de iniciativa popular com milhões de as-



sinaturas? Quantos foram votados com as ruas e galerias tomadas pela população? A legitimidade e a força da Constituição também são consequência da vibrante participação popular.

Em meio à dinâmica histórica inaugurada em 1988, depois de mais de uma década de governos liberais comprometidos com os interesses de 1% da população, da elite, um operário nordestino, Luiz Inácio Lula da Silva, foi democraticamente eleito para presidir o Brasil. Que grande conquista!

Abre-se então um novo ciclo, de afirmação do Brasil e sobretudo de inclusão de nossa população mais empobrecida em uma proporção até então desconhecida. Mais tarde, como fruto desse início de jornada, o país elegeu, pela primeira vez, uma mulher, uma mulher que lutou pela liberdade e pela democracia enfrentando a ditadura militar.

O governo de Dilma Rousseff continuou o caminho trilhado por Lula, pautado pelo desenvolvimento, pelo esforço democrático, e especialmente pela inclusão social de nossa população excluída.

No entanto, aproveitando-se dos impactos da crise econômica internacional, uma frente parlamentar-ju-

rídico-midiática derrubou a presidenta eleita em um golpe de Estado de novo tipo.

Repete-se, assim, um ciclo infelizmente comum em nossa história: governos comprometidos com o Brasil e com nossa gente são retirados do poder por aqueles que não vencem uma disputa limpa, no voto.

A liberdade das brasileiras dos brasileiros escolherem seu presidente pelo voto direto é atingida.

Um presidente ilegítimo, Michel Temer, organiza um governo bizarro, sem uma mulher ou um negro e no qual figuram alguns dos corruptos mais notórios do país. Imediatamente os homens de Temer passam a aplicar o programa de governo derrotado nas urnas.

Nesse projeto, não há liberdade para trilharmos um caminho próprio de desenvolvimento que garanta direitos sociais. Nesse projeto, nossas liberdades e nossos direitos individuais são moeda de troca.

Para garantir que 1% preserve suas fortunas e lucros, o governo Temer prejudica a vida de 99% da população aprovando a reforma trabalhista e a PEC 95, que congela os investimentos públicos por vinte anos.

Na vida real, fora dos gabinetes do palácio, isso significa grávida em ambiente insalubre, trabalho sem direitos, famílias sem três refeições ao dia, criança sem creche, pessoas vivendo nas ruas, posto sem médico, estados sem policiais.

Somente um governo sem nenhum compromisso com as pessoas, sobretudo com as mulheres, pode aprovar essas duas medidas.

O que eles conquistaram? O Brasil de volta ao mapa da fome, queda na renda da população e 13 milhões de desempregados.

A precarização do trabalho, fomentada pela reforma trabalhista, amplia o caos social: no Brasil, trabalhar já não salva ninguém da pobreza.

O medo do presente, a insegurança, a falta de perspectivas com o futuro, levam alguns a acreditarem que vale a pena abrir mão das liberdades em troca da força e da segurança. Que erro! A opção pelo autoritarismo nos levará a ficarmos sem as duas, sem liberdade e sem segurança.

Nesse clima fascizante mata-se mais, estupra-se mais e o Estado é mais violento contra os mais empobrecidos, especialmente nas periferias. Nossa liberdade

de de ir e vir, de caminhar pelas cidades é cada vez mais precária, especialmente para as mulheres e para a população negra. Nas grandes cidades e centros urbanos vivemos um verdadeiro colapso da segurança pública.

Nesse quadro de crise das liberdades, nossas periferias sofrem ainda mais com o aumento da violência e da pobreza, fenômenos que se retroalimentam.

Expulsas dos empregos com carteira assinada, confinadas às regiões remotas da cidade, vivendo em áreas desprovidas de equipamentos do Estado, as pessoas comuns sofrem.

Em geral, à periferia das grandes cidades só chegam dois aparelhos estatais: as escolas, cada vez mais degradadas e sem condições mínimas, e as polícias, mal pagas, mal equipadas e mal formadas por um Estado que tem o racismo como uma de suas lógicas estruturais.

Passamos a viver sob intensa violência política. O líder do MST, Marcio Mattos, assassinado na frente do filho; Marielle executada no Rio de Janeiro; os tiros na caravana de Lula; e mesmo sua prisão são partes do mesmo processo e, se não reagirmos, podem ser o início de uma espiral de perseguição e extermínio dos lutadores desse país.

Atacam as liberdades de expressão artística e de opinião. Parece incrível, mas na minha cidade, Porto Alegre, após ações violentas, uma exposição de artes plásticas foi cancelada. Artistas são ameaçados fisicamente, universidades invadidas pela Polícia Federal, professores conduzidos a depor, algumas vezes em função do tema de suas pesquisas, um juiz autoriza a cura gay como se houvesse cura para o que não é doença.

Quem poderia imaginar nossas liberdades tão ameaçadas pouco tempo atrás?

Ameaçam as liberdades individuais, as garantias que cada um precisa ter diante das violências promovidas pelo Estado de exceção que já existe há tempos na periferia, especialmente para a população negra, se generaliza.

Princípios civilizatórios basilares, a pretexto do combate à corrupção, são solenemente desconsiderados ou mesmo revogados por setores do poder Judiciário brasileiro. A presunção da inocência, o princípio do juiz natural, a necessidade de cumprimento das garantias processuais, o amplo direito de defesa, passaram a ser ignorados sem que tenha havido qualquer alteração constitucional.

Os jovens não enxergam perspectiva de futuro e a meritocracia para os que partem na corrida de posições tão distantes é uma piada de mau-gosto.

Com dificuldades para o prosseguimento dos seus estudos e para conseguir o primeiro emprego, os jovens observam a realidade com desencanto.

Os que podem, aflitos, ou aperreados, como se diz no Nordeste, pensam em deixar o Brasil para realizar os seus sonhos. Pesquisa da PUC do Rio Grande do Sul, realizada em outubro de 2016, registra que cerca de 40% dos jovens entrevistados pensam em sair do Brasil. A Receita Federal informa que entre 2014 e 2016 o número de Declarações de Saída Definitiva do País cresceu 81,61% em comparação com o do triênio imediatamente anterior à crise, 2011 a 2013.

É uma tristeza!

Tanta gente indo embora porque deixa de acreditar que pode ser feliz por aqui.

Não, esse não é o caminho. Não pode ser esse o caminho.

Que liberdade têm os jovens sem esperança de futuro?

Nós mulheres sabemos exatamente o que tudo isso significa.

Somos a maioria dos desempregados.

Somos hostilizadas quando decidimos não ser mães e punidas por sermos.

Pesquisas mostram que recebemos 20% a menos de salário pelo mesmo trabalho desempenhado por um homem e que a diferença chega a 40% quando somos mães.

A Ordem imposta pelo ilegítimo Temer é misógina. Somos as vítimas da violência machista que cresce assustadoramente. Somos ainda as maiores vítimas da destruição do Estado, porque ficamos sem creche para os filhos, sem atendimento médico para nós e para os nossos, sem condições de estudar, de trabalhar, de construir uma trajetória independente.

Filha do medo a raiva é mãe da covardia. A agressividade, a raiva e o ódio contra os que manifestam opiniões diferentes, o racismo, o machismo, a homofobia, a transfobia cresceram porque são estimulados de forma permanente como já o foram em outros momentos da história.

Nunca estivemos tão separados uns dos outros, tão desunidos, tão sem condições de adotar projejos comuns. Eles tentam nos fazer crer que somos uns os proble-

mas dos outros. Os negros e negras, a população LGBT, os indígenas, nós, as mulheres, nós não somos o problema do Brasil. Ao contrário. Não haverá caminho de desenvolvimento para o Brasil se nós não formos parte estruturante dele.

O objetivo último desse processo de destruição das garantias e liberdades individuais, ainda que isso não seja percebido em um primeiro olhar, é a destruição do Brasil como nação independente.

Neocolonialismo e crise da liberdade do Brasil como nação independente

As verdadeiras motivações do golpe e de todo este caos que estamos vivendo vêm de fora.

Temer governa para permitir o saque de nossas riquezas realizado pelas potências estrangeiras e por suas grandes corporações. Tomaram de assalto o governo e estão dispostos a acabar com nossas liberdades para realizar esse serviço de traição nacional.

Isso ocorre porque o capitalismo em crise vem lançando mão de uma nova ofensiva colonial, mirando principalmente os países ricos em recursos naturais e de desenvolvimento médio, como o Brasil. Mas isso só é possível porque a elite brasileira entrega o futuro Brasil em troca de migalhas.

O governo Temer transforma o país em uma nova colônia exportadora de matérias-primas e produtos primários e importadora de material de alto valor agregado.

Décadas de esforço de construção da indústria nacional, com Getúlio, Juscelino, Jango, e até mesmo com os militares, são destruídas em pouco tempo.

Os juros altos e o real sobrevalorizado devastam nosso parque fabril, tornando-o ocioso e em muitos casos obsoleto. Só a agroindústria e alguns poucos setores sobrevivem, apoiados na terra, na incorporação de avanços tecnológicos e em um louvável empreendedorismo, disputando com cartéis multinacionais.

Isso passa também pela destruição da capacidade de investimento estatal.

O desemprego e o trabalho precarizado, para além de marcarem a vida das pessoas, diminuem brutalmente a arrecadação do Estado que, falido, se vê obrigado a fazer mais cortes, a lançar mão de maior austeridade, perdendo a sua capacidade de conduzir o crescimento, produzindo, assim, alguma justiça social.

O ciclo, assim, se estabelece: não há consumo, sem consumo não há arrecadação, sem arrecadação não há investimento do Estado. Sem ele, a crise se agrava e novos cortes são feitos.

O Brasil copia o caminho da austeridade da Europa Ocidental, que levou aquele continente ao desastre econômico e social, fazendo ressurgir os fantasmas da xenofobia e do fascismo no velho mundo.

A destruição da nação e o crescimento do autoritarismo caminham de mãos dadas.

A infraestrutura, sobretudo de transportes, precária e deteriorada, inflaciona os produtos e retira competitividade. Encarece a vida cotidiana de nossa gente impedindo-a de ir e vir até mesmo para procurar trabalho.

As privatizações, quase sempre na modalidade das desnacionalizações, voltam com tudo. Estatais alienaram ativos e cederam áreas cruciais a grupos estrangeiros. A Petrobras é retalhada e faz um suspeitíssimo “enxugamento”, com o qual a preparam para ser privatizada. A Embraer, vendida em 1994, e que, por questões de defesa nacional manteve seu controle final nas mãos do Estado, tem essa realidade ameaçada. A Eletrobrás é a próxima da fila. As empresas brasileiras de engenharia de grandes obras, que eram várias e se expandiam pelo mundo afora, foram desmanteladas. Em seus lugares, o capital estrangeiro penetrou fundo.

No cenário internacional este governo desmoralizado nos levou à absoluta irrelevância.

Sem voz, sem sermos visitados, sem visitarmos ninguém, ficamos inertes no continente, de costas para a América do Sul, distantes da África.

Transformaram o Brasil no país gigantesco que aceita docilmente ser reduzido à condição de uma neocolônia.

Mas apesar deles, amanhã há de ser outro dia!

É preciso recuperar a liberdade!

A situação dramática a que chegamos – a ilegitimidade do atual governo, suas medidas antipopulares, seu atrelamento ao rentismo e ao capital estrangeiro, e seus vínculos cada vez mais óbvios com a corrupção – provoca uma movimentação popular intensa que grita por uma mudança profunda e imediata

Para mim, essa mudança pode ocorrer a partir da próxima eleição, se esta for livre e permitir um debate democrático intenso. A população deve decidir, no voto, quem presidirá o Brasil e com qual Programa. É preciso que se diga que, embora ainda não se tenha começado oficialmente, este processo eleitoral iniciou mal. A imensa, insuportável, violenta, inexplicável, desmoralizante – me faltam adjetivos para qualificá-la – per-

seguição contra o presidente Lula busca liquidar com o conteúdo democrático deste processo eleitoral.

Que tristeza ver o Brasil tratar Lula dessa maneira!

A minha pré-candidatura tem hoje como um de seus compromissos dizer que não podemos permitir que falte um nome na disputa eleitoral. Nas ruas, nos comícios, nas caminhadas, nos debates, não podemos aceitar que esteja faltando Lula.

Ninguém comprometido com a democracia pode deixar de usar as possibilidades que ainda temos para gritar bem alto: Lula Livre!

Eu acredito que esta eleição precisa ser o caminho para recuperarmos a liberdade do Brasil, a liberdade das nossas pessoas.

É por isso que o meu partido, o Partido Comunista do Brasil, lançou o meu nome como pré-candidata à Presidência da República.

Assumi esta missão com muita honra, porque o PCdoB, em seus 96 anos de existência, só lançou, até hoje, dois candidatos à presidência: Minervino de Oliveira, em 1930, operário e negro; e Yedo Fiúza, em 1945, engenheiro gaúcho, que ficou em terceiro lugar na eleição e ajudou a levar para o Congresso líderes populares como Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Jorge Amado, Carlos Marighella e outros.

E é nessa condição de pré-candidata à Presidência pelo PCdoB que apresento aqui essas ideias, esses planos e projetos para o Brasil e que serão desenvolvidos no Programa de Governo que registrarei, no devido tempo, no Tribunal Superior Eleitoral.

Antes, quero dizer qual o nosso ponto de partida: esse ato é na verdade um convite para todas e todos vocês contribuírem nessa construção programática. Para isso, criamos a Plataforma Ocupa, que será de nossa candidatura e terá como alma a União da Juventude Socialista.

A possibilidade de nossa vitória está justamente em uma Rebelião, um levante em defesa das Liberdades: da liberdade do Brasil como nação independente e soberana e das liberdades de nossas pessoas, com democracia e direitos individuais.

Essa rebelião é para negar o que está aí, mas também precisa ser criadora, pensar o país, imaginar nosso futuro. Quero entregar a minha candidatura nas mãos de vocês, para que ela seja um instrumento desse grande mutirão pela liberdade do Brasil, pela liberdade dos brasileiros e das brasileiras.

Nossa questão central é a defesa desse sonho intenso

que é o Brasil. Isso quer dizer que ele ainda não se realizou plenamente, ainda não desenvolveu todo o seu potencial.

Mas pode-se dizer também que esse desenvolvimento nacional é o caminho da nossa liberdade. Esse sonho intenso – a realização plena do Brasil como nação – foi o de Tiradentes, de Maria Quitéria, de José Bonifácio, de Bárbara de Alencar, de Getúlio, de Jango, de Juscelino, de Lula e de Dilma. De Celso Furtado, de Inácio Rangel e de Maria da Conceição Tavares. De Chiquinha Gonzaga, de Anísio Teixeira, de Nísia Floresta, de Fernando de Azevedo, de Cecília Meirelles, de Brizola e de Darcy Ribeiro.

Nós estamos aqui para continuar, sob as condições que o destino nos legou, este velho sonho. Para isso, como diz o povo de axé, pedimos permissão para todos os nossos ancestrais. Afinal, desde muito tempo, muita gente luta para realizar esse sonho.

O mundo passa por uma grande transição. A globalização neoliberal entra em crise. Uma nova ordem mundial emerge, na qual a superpotência hegemônica, os Estados Unidos, entra em declínio relativo e outras nações ascendem a posições de destaque. O principal eixo-econômico do planeta deixa de ser o do “Atlântico”, polarizado pelos Estados Unidos capitalista e por países europeus, e passa a ser o do “Pacífico”, polarizado pela China socialista e países asiáticos.

Nessas condições, os países veem suas posições redefinidas.

Os novos espaços serão ocupados por nações soberanas, independentes e prósperas.

Daí por que estamos em uma encruzilhada: ou continuamos nessa marcha batida de abrir mão da soberania, de nos portarmos como uma neocolônia, golpeando as mulheres e os homens trabalhadores; ou apostamos, investimos na democracia e passamos a caminhar rumo ao desenvolvimento soberano e ao progresso social, com significativa redução das desigualdades sociais e regionais.

É para viabilizar essa alternativa que se torna necessário um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

A história nos mostra que em nosso país só houve desenvolvimento em sentido amplo, com passos civilizatórios efetivos e geração de emprego, quando a indústria cresceu, e a indústria só cresceu quando o Estado a apoiou, com políticas desenvolvimentistas, fundando empresas e respaldando a iniciativa privada.

Nossa indústria definha. Nos últimos três anos, encolheu 17%. Em 2017, regrediu ao tamanho que tinha em 1956, 11,8% do PIB. Um absurdo.

A reindustrialização do país é, assim, objetivo básico de nosso Programa.

Investimentos maciços haverão de ser feitos em Ciência e Tecnologia e em Inovação, e atenção especial merecerá a transformação que se está fazendo na técnica da produção chamada de “Revolução 4.0”.

Trata-se de uma tendência à automação, resultante do emprego integrado de tecnologias de ponta. Alterações na forma e rapidez da produção ocorrerão, assim como a dispensa de muitas vagas de trabalho – mudanças que nos afetarão enormemente. Para que a reindustrialização aconteça aproveitando essas mudanças será fundamental que as universidades e escolas técnicas estejam conectadas a este esforço.

Todas essas diretivas implicam aumento dos investimentos públicos e privados, o que salienta a importância da rede bancária estatal, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para liderar a arremetida de recursos em fontes variadas, inclusive estrangeiras. Essa é mais uma razão para mantermos nossos bancos públicos.

O Estado precisa recuperar a sua capacidade de investimento e planejamento, para dirigir todo este processo. Não acreditamos em uma falsa dicotomia entre Estado e mercado, mas afirmamos que é o Estado que deve exercer o papel dirigente e indutor, conduzindo uma política econômica cujo vértice seja o desenvolvimento e a industrialização.

Para tanto, uma política macroeconômica voltada para o crescimento e a geração de empregos, uma política cambial que seja um ponto central na agenda de promoção da competitividade do setor produtivo brasileiro.

Nesse sentido, há questões nas quais temos que inovar, tomando iniciativas que correspondam às necessidades do mundo em transformação e partindo de experiências internacionais que deram certo.

Criaremos modernos institutos de planejamento em nível nacional e níveis regionais, fomentaremos diferentes tipos de associações empresariais público-privadas, modernos contratos de concessão em novos setores, política externa independente que realce a integração da América do Sul, a dinamização das relações Sul-Sul, o fortalecimento de instituições como o BRICS e, sempre que necessário, a reestatização de empresas que foram privatizadas.

Para reverter as medidas antinacionais e antipopulares tomadas pelo governo ilegítimo de Temer, convocare-

mos um plebiscito revogatório. As reformas contra o povo, as medidas privatistas e que destroem a indústria nacional, a PEC 95, a entrega do nosso petróleo, o fim da política de conteúdo local, tudo isso poderá ser revogado pelo povo, nas urnas. Antes mesmo dessa convocação, os esquemas e planos neoliberais implantados na máquina estatal, os projetos de privatização da Eletrobrás e de entrega da Embraer, as medidas que preparam a privatização da Petrobras e outras empresas estratégicas, tudo será suspenso de imediato.

Enfrentaremos, em seguida, diversas outras demandas, como uma reforma política democrática, que garanta a representação de todas as correntes políticas expressivas e que liberte as eleições do poder econômico; uma regulação da comunicação que enfrente a ostensiva monopolização que hoje existe e de onde surja uma efetiva, e não apenas formal, liberdade de imprensa.

Buscaremos uma constante valorização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores: aumentar a produtividade do trabalho valorizando-o é a chave para a construção de um país próspero.

O projeto de Brasil que queremos só será possível se for oferecida educação de qualidade a todos. Defendemos a consolidação do Sistema Nacional de Educação como peça fundamental para o desenvolvimento econômico e social do nosso país. Uma educação emancipadora e humanista, que valorize as/os profissionais da área e compreenda uma visão integrada de formação, desde a primeira infância, até o ensino superior e profissional.

Temos compromissos com as metas do último Plano Nacional de Educação (2014 a 2024), que apontam diretrizes fundamentais como a universalização do ensino obrigatório, especialmente a do ensino infantil – assegurando o acesso a creches para todas as crianças brasileiras –, a garantia de qualidade do ensino médio e profissional e a continuidade da expansão do ensino superior público. Só alcançaremos um país livre, justo e solidário com uma ampla reforma na educação, tornando-a com o trabalho e o desenvolvimento e como elemento ativo na superação das desigualdades regionais e sociais.

Defendemos também uma educação livre de preconceitos e de qualquer forma de censura ou intolerância. Tais medidas só serão alcançadas com a efetividade da destinação dos recursos do pré-sal para a educação, visando a atingir o patamar de investimentos de 10% do PIB para a área, previsto no último PNE.

O SUS foi uma grande conquista do povo brasileiro, obra inacabada que sofre de subfinanciamento crônico, agora agravado pelos múltiplos ataques do governo

golpista e dos setores do mercado da saúde que têm a ousadia de propor um “Novo Sistema de Saúde”. A criação do SUS propiciou a construção de um amplo programa de prevenção de doenças com melhora significativa dos índices de mortalidade infantil e, paralelamente a isso, realiza procedimentos como transplantes, dentre outros. Isso ampliou a vida média dos brasileiros. Faço a defesa intransigente do SUS com crescimento progressivo dos recursos da saúde para garantir o acesso de qualidade, em todos os níveis de assistência, para toda a população, respeitando o controle social.

Demonstraremos a viabilidade da previdência pública e indicaremos a importância de uma reforma tributária simplificadora e progressiva, que taxe as grandes fortunas, as grandes heranças, os lucros e dividendos e as atividades financeiras e especulativas que hoje são isentas de taxaço. Uma reforma tributária que torne o país menos injusto e desigual, protegendo os trabalhadores e a classe média e, especialmente, financiando o desenvolvimento nacional.

Apoiaremos e mobilizaremos a produção artística e cultural da nossa gente, inventores do Brasil e da nação, para que passemos seguir desenhando o futuro do país. O país tem grande capacidade instalada em seus artistas, criadores de cultura, rádios e televisões, produtores, editores e outros empresários do setor. Há uma enorme pressão dos conglomerados internacionais de mídia e internet sobre esta capacidade, limitando o espaço dos nossos criadores, exibidores e distribuidores em nosso próprio país, alijando-os dos resultados do seu trabalho e da possibilidade de ocupação do mercado interno. Ao mesmo tempo alijam nosso povo da fruição, restringindo a circulação da produção artística e cultural brasileira.

Retomaremos a Política Cultural autônoma, inventiva, popular e soberana de Gilberto Gil como fator de valorização da diversidade e pluralidade da nação brasileira, sua língua, suas tradições, sua criatividade e seu potencial de desenvolvimento econômico.

Defenderemos o firme combate à corrupção, sem seletividade, sem desrespeito à lei e atacando também as suas causas. Queremos exercer um governo com paredes de vidro, com a transparência absoluta de todos os atos administrativos, de modo que qualquer cidadão possa ser um fiscal da probidade do governo. Mais do que isso: para nós, o governo deve também ser radicalmente democrático. É preciso radicalizar a democracia, a participação popular com conferências nacionais, gabinetes virtuais, participação na elaboração das leis e do orçamento.

Criaremos um Plano Nacional de Segurança Pública, sem chavões, buscando aplicar experiências que já



funcionaram no mundo. Para ser livre, nosso povo precisa viver sem violência, nossas mulheres precisam parar de enterrar seus filhos. Somos o país em que as polícias mais matam, mas também somos o país em que as polícias mais morrem. É uma guerra de povo contra povo.

Combateremos a violência policial construindo a polícia da qual precisamos, já que não se garante segurança pública sem forças policiais. Criaremos uma inspetoria e ouvidorias nacionais que serão responsabilizadas por apurar tanto os casos de violência cometidos por policiais quanto os de corrupção. É preciso valorizar a carreira do policial, que deve ser única, progressiva e recompensadora do ponto de vista salarial. Criaremos, a exemplo do que já existe com o magistério, um piso nacional dos agentes e soldados. Avançaremos no uso da tecnologia para prevenir os crimes e para investigá-los.

A verdade é que, nos últimos anos, o Brasil aumentou sua população carcerária sem que isso tenha impedido o aumento da violência. Ou seja, essa política do encarceramento em massa não dá resultados positivos para nossa gente. Para mudar, é preciso estruturar um sistema penitenciário federal, mas muito mais. É preciso fazermos um debate sobre quais crimes precisamos enfrentar mais urgentemente. Para mim, são os homicídios e crimes sexuais, e não o varejo do tráfico de drogas. Setenta por cento dos detentos foram presos portando até 60 gramas de maconha. É preciso fazer um grande debate nacional sobre a tributação das drogas, o uso do recurso para a reparação das áreas em conflito e para a prevenção do consumo.

Executaremos uma política externa independente, comprometida com a paz e com a ampliação das relações internacionais do Brasil, ao mesmo tempo em que investiremos em uma estratégia e em um aparato de defesa à altura de um país grande e rico como o nosso. Olharemos atentamente para a integração latino-americana, para o BRICS e para os países do sul.

Trataremos com muito mais atenção a Amazônia, que representa mais da metade do Brasil e que precisa se desenvolver, porém seguindo leis próprias, que os nortistas tão bem conhecem. Buscaremos explorar o potencial econômico da região, mas preservando-a, porque sabemos que a preservação da floresta interessa à Nação.

Mostraremos que nenhum esforço terá futuro se não cuidarmos bem do meio ambiente, se não marcharmos para uma civilização ambientalmente sustentável.

Insistiremos no combate frontal, o mais frontal que alguém já fez na história deste país, contra todas as formas de opressão às mulheres e à população LGBT.



O salário igual para trabalho igual, a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, o acesso aos espaços de poder, a educação sem preconceitos, a universalização do acesso às creches, o combate à violência de gênero, o empoderamento das mulheres negras na educação, no trabalho e na sociedade.

Enfrentaremos questões que se arrastam há anos e que são causa de grande sofrimento para os brasileiros: tomaremos medidas para garantir os direitos das populações indígenas; medidas estruturais que coloquem a luta antirracista como parte do projeto de construção nacional, através da incorporação plena dos afrodescendentes na cidadania brasileira; realizaremos uma reforma agrária que democratize o acesso à terra; queremos que o Estado não seja nem máximo, nem mínimo, mas capaz de encaminhar a construção de um grande país e que não se intrometa na forma como as pessoas vivem as suas vidas e sentem-se felizes.

Um socialismo com marcas brasileiras ainda é um sonho distante. Por isso, o nosso Projeto não será mais um Projeto de Desenvolvimento, mas sim um Projeto de País. Um Projeto de país com suas partes articuladas, a ser aplicado com coragem, firmeza e confiança por um governo que surgirá da luta do povo por liberdade, legitimado por eleição livre.

Há situações na vida em que as dificuldades são tantas e tão grandes que o simples fato de as enumerar pode passar a impressão de problema insolúvel. Não é o caso brasileiro.

Assim, me apresento como pré-candidata à Presidência. Considero-me preparada pela UNE, pela presidência da Comissão de Educação da Câmara de Porto Alegre, pela

coordenação da bancada gaúcha no Congresso, pela presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, pela liderança que exerci em nome de meu partido.

Sei o exato significado de ser a única mulher candidata da esquerda, aos 36 anos de idade. A vida sempre me desafiou. E junto com as mulheres e os homens comuns eu sempre dei conta dos desafios da vida.

A vida me mostrou que, com o povo, poderemos chegar a conquistas memoráveis.

Quero fixar, antes de terminar, uma baliza fundamental. A realidade brasileira pede a unidade dos setores democráticos e comprometidos com nação, a começar pela esquerda. Só vamos enfrentar os ataques contra a liberdade do Brasil como nação independente e as liberdades de nosso povo se houver união.

Em fevereiro deste ano, quatro Fundações, ligadas ao PCdoB, PT, PDT e PSOL escreveram o documento Unidade para Reconstruir o Brasil, expondo proposições que buscam responder aos desafios do momento. Foi um feito importante, base para a formação de uma Frente Ampla, capaz de trilhar um caminho progressista na batalha política em curso.

Quero que saibam: a minha candidatura está a serviço da unidade de nossa gente.

Para que tudo isso dê certo há a condição que já apontei e que retomo, para com ela finalizar.

É preciso uma grande mobilização pela liberdade da nação e pelas liberdades dos brasileiros.

Nossa candidatura nasceu para incentivar esse levante em defesa das liberdades.

Tenho pensado muito nisso. Quando olhamos para as representações da liberdade podemos perceber que ela é sempre representada como uma mulher, desde tempos muito remotos. É assim desde a antiguidade, é assim com a Marianne da Revolução Francesa, é assim com a famosa pintura A liberdade guiando o povo de Delacroix. A liberdade, amigas e amigos, é uma mulher. Contribuam com a construção do nosso programa, que está aberto!

A minha candidatura, a candidatura do PCdoB, está nas mãos de vocês e a serviço dessa nossa bela rebeldia.

Viva o Brasil!

Viva o povo brasileiro!

Lula Livre!

Manuela d'Ávila

Pré-candidata à Presidência do Brasil
pelo PCdoB

Encontro de Manuela com intelectuais pontua ideias para a retomada do desenvolvimento

Cezar Xavier* e Osvaldo Bertolino**

Osvaldo Bertolino



Nádya Campeão (coordenadora da pré-candidatura de Manuela d'Ávila), Samuel Pinheiro Guimarães, Luis Fernandes, Renato Rabelo, Manuela d'Ávila, Eliane Araújo e Frederico Mazzucchelli

Ao longo da sexta-feira, 23 de março de 2018, a Fundação Maurício Grabois reuniu economistas, estudiosos e especialistas de áreas diversas do conhecimento e de regiões distintas do país, ouvidos pela pré-candidata à Presidência da República, Manuela D'Ávila, para apontar elementos para um programa de governo nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação. O seminário revelou o enorme potencial tecnológico e inovador brasileiro, assim como o processo de desmonte generalizado dessa potencialidade pelo governo golpista



o seminário “Desafios para a retomada do desenvolvimento nacional”, o presidente da Fundação Maurício Grabois, Renato Rabelo, sintetizou o evento como um esforço para se debater candentes temas

nacionais.

Na abertura do seminário, Renato Rabelo salientou que a Fundação Maurício Grabois tem feito grande esforço, no âmbito das ideias, para buscar saídas e rumos para o Brasil. A superação da grave crise em curso exige propostas de alternativas ao modelo vigente, daí a importância da discussão de um projeto em novas bases para a reconstrução do país. “Esse é um objetivo que a nossa Fundação persegue”, destacou, acrescentando que nesse ciclo de debates sobre novos rumos para o Brasil, houve um debate acerca da questão de gênero, a situação da mulheres, tema que ele considerou fundamental para um grande avanço civilizacional, assim como sobre a realidade da Amazônia, que requer um projeto de desenvolvimento próprio, específico.

Renato salienta que todos esses debates são questões inseridas na elaboração do *Manifesto* intitulado “Unidade para Reconstruir o Brasil”, com a participação das quatro fundações dos partidos de esquerda (PT, PDT, PCdoB e PSOL). “Esse é também um passo muito importante no sentido de se criar as condições para que a gente possa ter base mínima de um programa que pode ser endossado pelos quatro partidos que compõe a esquerda em nosso país”, afirmou.

Manuela d’Ávila afirmou ser um momento “importante para ouvir vozes que contribuem com o pensamento mais avançado do Brasil”. “Temos feito esforços de ouvir amigos e alguns simpatizantes com o intuito de contribuirmos, da melhor forma possível, no debate político que vem sendo travado”, afirmou.

De acordo com a pré-candidata, o Brasil vive uma encruzilhada: ou aprofunda o caminho do projeto ultraliberal e antinacional, ou retoma a rota de construção de um projeto nacional de desenvolvimento. “Nosso esforço é fazer com que as eleições de 2018 consigam responder a dois temas centrais: o esforço que o PCdoB e um conjunto de partidos têm feito para que existam eleições, e que elas sejam livres; e, de outro lado, também compreendemos que as eleições de 2018 são o espaço privilegiado para apresentar projetos, enfrentar a crise em que o Brasil vive”, diagnosticou.

Segundo ela, é preciso escutar e dialogar com os que se levantam diante da desigualdade social, “mas não somos portadores de uma mensagem equivocada de que existem saídas para enfrentar o tema das

mulheres e a questão racial, que são estruturantes da desigualdade social brasileira, sem termos um projeto de desenvolvimento para o Brasil e para o povo brasileiro”, ressaltou.

Oswaldo Bertolino



Para Manuela d’Ávila, o debate no Seminário é a forma de trilhar um caminho de unidade das forças democráticas, progressistas e de esquerda em torno de ideias comuns. “Nossa pré-candidatura busca contribuir para que as forças de esquerda, progressistas, democráticas e patrióticas estejam no segundo turno da disputa eleitoral, representadas por um programa avançado, materializado e orientado pelo novo projeto nacional de desenvolvimento. Essa é a missão da nossa candidatura”, destacou.

Luis Fernandes e o ciclo interrompido

O mediador da mesa, Luis Fernandes, cientista político da PUC do Rio de Janeiro, lembrou que a Fundação Maurício Grabois representa uma corrente política co-partícipe de uma experiência de governo singular na história do país, a dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, “que tem experiência de governo e aprendeu com essa experiência”. Esse também foi o perfil dos intelectuais convidados: um conjunto de pesquisadores que, para além de pesquisas sobre os temas do desenvolvimento nacional, em diferentes dimensões, assumiram a execução de políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento nacional.

Segundo ele, essa era uma característica do Seminário. “Queremos aqui recolher subsídios que nos permitam retomar um caminho que foi interrompido e um projeto nacional de desenvolvimento que foi desmontado em curtíssimo tempo, depois de ter levado muito tempo e custado muito para ser estruturado. Seu desmonte está gerando um retrocesso na sociedade brasileira, inclusive implicando uma posição de subordinação e de dependência do nosso

país diante de poderes que são decadentes no sistema internacional do século XXI”, afirmou.

Eliana Araújo e a reindustrialização

Eliana Araújo, professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e presidenta da Associação Keynesiana Brasileira, apoiou-se em gráficos para mostrar a deterioração da renda per capita. Segundo ela, um dos problemas estruturais que precisam ser atacados para reverter a queda da renda média é a desindustrialização, que começou após o país viver o auge da colheita dos frutos do Programa Nacional de Desenvolvimento dos anos 1970. Atualmente, a participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) está menor do que em 1947.

Segundo ela, é normal que nas economias “maturas” que a participação da indústria caia. Conforme há crescimento, cresce o nível de renda e há uma demanda maior por serviços sofisticados. Não em países em desenvolvimento. “A indústria é importante porque ela tem impacto significativo sobre o PIB, sobre a produtividade, com encadeamentos que são gerados como a acumulação de capital e inovação”, afirmou.

De acordo com Eliana, no Brasil existe uma indústria concentrada em recursos naturais. Para ela, a reindustrialização é fundamental. “Os próprios países ricos estão preocupados com a desindustrialização”, afirma. Segundo a professora, o Parlamento Europeu fez um documento dizendo que a meta é que a participação da indústria no PIB chegue em 30% do PIB.

Samuel Pinheiro Guimarães e o Brasil para poucos

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães acredita que o país está diante de dois projetos de Brasil: De um lado, tem o projeto dos oprimidos e dos excluídos. De outro, o projeto representado por 1% a 2% da população mais rica, um total de 67 mil brasileiros. Daqueles que ganham mais de 160 salários mínimos por mês, dois terços do seu total de renda são lucros, juros e dividendos, isentos de IR. “Para começar a discutir a questão de déficits primário, secundário, terciário, não importa, é preciso verificar que juros, lucros e dividendos não pagam impostos”, alertou, conforme lembra ele, uma medida instituída por uma lei dos tempos dos governos FHC.

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães, há um projeto de governo para esse universo; o que está em curso com o golpe. “Esse projeto tem certas premissas. Por exemplo, que a inflação é a questão cen-

Oswaldo Bertolino



tral brasileira. Emprego, industrialização, tudo isso é irrelevante. Porque a inflação afeta os ativos, os valores dos títulos públicos. Outra premissa é que o Estado é culpado pela inflação, como regulador e investidor. E a terceira premissa é que a iniciativa privada é capaz de resolver qualquer desafio brasileiro. E a quarta premissa é que a iniciativa privada estrangeira é melhor do que a brasileira”, listou.

Outro desafio é o desenvolvimento do capital. “Estou falando do capital industrial. Os grandes setores da economia mais dinâmicos são propriedades de estrangeiros. Toda a indústria automobilística. Praticamente toda a indústria farmacêutica. O que sobrou foi o varejo. Quando falamos que a indústria brasileira não tem competitividade, estamos falando que a indústria estrangeira no Brasil não tem competitividade internacional. Então, devemos enfrentar a questão da propriedade do capital. Se não é competitivo é porque eles não conhecem as novas tecnologias, as mais avançadas do mundo? Conhecem, mas não estão instaladas aqui”, diagnosticou.

Segundo ele, aqui estão instalados equipamentos antigos. “Essa é uma questão central do ponto de vista do capital industrial”, destacou, acrescentando que o Estado permite e estimula esse capital, que vem para o Brasil sem nenhuma regulamentação. Pelo contrário. Se instalam com financiamentos do BNDES, sem nenhuma exigência tecnológica e de exportação.

Para Samuel Pinheiro Guimarães, o projeto neoliberal quer acabar com os bancos públicos e o sistema financeiro brasileiro está sob forte ataque, lembrando que a taxa de juros cobrada pelos bancos privados não tem a ver com a Selic. “A taxa de juro para o capital empresarial era, algum tempo atrás, cerca de 35% a 45% ao ano. Não há nenhum rendimento produtivo que gere renda capaz de pagar isso. São as taxas de juros mais altas do mundo, na prática. Por isso o setor está sob ataque. É um dos

Oswaldo Bertolino



poucos em que os grupos internacionais ainda não entraram fortemente”, afirmou.

Frederico Mazzucchelli e o “circuito do gasto”

Frederico Mazzucchelli, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), concorda que existam nitidamente dois projetos para o Brasil. “Quero salientar que vejo na pré-candidatura da Manuela d’Ávila um momento de frescor e de vida na quadra política nacional. É uma coisa muito importante, uma pessoa com seus atributos, com as suas qualidades, com a sua inteligência, com a sua vitalidade. Vejo com enorme simpatia e entusiasmo essa pré-candidatura”, declarou.

Para Frederico Mazzucchelli, o Brasil está submetido também ao consenso neoliberal, uma ideia decadente no mundo. Segundo ele, é preciso estabelecer alguns princípios essenciais, entre eles, o fortalecimento do Estado, das instâncias de planejamento e dos bancos públicos, que foram destruídos ao longo dos anos, começando no governo de Fernando Collor de Mello. “Sem isso não há desenvolvimento”, destacou. Além do estabelecimento de uma política industrial e de políticas sociais. “O problema é que o circuito do gasto foi atrofiado. Isso fez com que tivéssemos essa recessão horrosa”, disse ele, lamentando a adesão da ex-presidenta Dilma Rousseff ao ajuste fiscal pedido pelo mercado.

Para ele, é necessário regenerar o circuito do gasto. “Para isso, é preciso crédito, investimento e renda mínima para que as pessoas gastem. Uma economia capitalista é movida pelo gasto. Existem questões subjacentes, que tem de ser tratada, a principal é o câmbio. O Brasil não pode mais sobre-

viver com câmbio valorizado. Grande parte desse processo de desindustrialização se deve a uma política cambial desastrosa”, resumiu.

Sérgio Rezende e o financiamento de CT&I

Cezar Xavier



Cezar Xavier



Sérgio Rezende

Na mesa seguinte, discutiu-se os desafios da reindustrialização, e da remontagem do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a partir do pressuposto do desmonte da capacidade industrial, científica, tecnológica e inovativa do Brasil, promovido em tempo recorde pelo governo golpista.

O físico, ex-ministro de Ciência e Tecnologia, e professor emérito da UFPE, Sérgio Rezende, mostrou em gráficos a correlação entre financiamento da pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação e o desenvolvimento econômico. Ele cita o caso da Coreia do Sul que planejou e incentivou com alta intervenção estatal o surgimento de um complexo de empresas de alta tecnologia que elevou aquele país entre os mais desenvolvidos do mundo.

Segundo o professor, não houve necessariamente investimento direto nas empresas. Em países que se desenvolveram, as empresas sempre investiram

recursos próprios em inovação, enquanto no Brasil esse cenário é incomum. A Coreia do Sul é o exemplo de um país com tradição agrícola que mudou totalmente sua vocação em poucas décadas. A estratégia envolveu a criação de centros de pesquisa, investimento pesado em educação da população, licenciamento de tecnologia estrangeira e parceria com suas “chaebols” com mais potencial: Samsung, Hyundai, Goldstar, LG.

Nos anos 1970, os governos apenas planejavam e implantavam políticas industriais comuns em outros países. Nos anos 1980, a continuidade dos governos permitiu que o país dominasse o ambiente industrial e comercial, se colocando à altura de outros gigantes. Nos anos 1990, a Coreia estava pronta para deixar sua marca tecnológica no mundo com práticas próprias e inovadoras. Atualmente, o país domina uma diversidade de áreas industriais, como engenharia e comunicações, automóveis, tecnologia aeroespacial, petroquímica, engenharia e construção, trens de alta velocidade, processamento de minérios, energia e recursos naturais.

Rezende, então aponta para os avanços, desde a década de 1950, dos investimentos em CT&I no Brasil. Importantes mecanismos de financiamento e formação tecnológica foram criados durante a ditadura militar e seu desenvolvimentismo autoritário e concentrador. A partir do fim da ditadura, embora tenha sido criado um Ministério para o tema, houve um esvaziamento de fundos de financiamento, como o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

A partir de 2004, com o Governo Lula, foi criada a Lei da Inovação, uma articulação academia-indústria; com subvenção econômica para empresas. Dois anos depois, surge a Lei do Bem com incentivos fiscais para Pesquisa e Desenvolvimento nas empresas. Em 2007 é elaborado um plano de ação em CT&I. Com isso, houve uma expansão e consolidação do sistema, com apoio às empresas, aumento da pesquisa em áreas estratégicas, assim como na tecnologia para o desenvolvimento social.

“Neste período, foi promovido um grande aumento de recursos federais com expansão do sistema de CT&I, com substancial melhoria na produção científica, notável avanço no ambiente para inovação e surgimento de novas empresas tecnológicas”, pontua Rezende, citando ainda o resultado na academia com aumento contínuo do número de mestres e doutores titulados. “Em 20 anos, multiplicou-se por dez o número de mestre e doutores, com impacto na quantidade de publicações científicas e na imagem do Brasil no exterior”, disse ele, mostrando reportagem das revistas Nature e Time, em

2010, em que a geração de start ups nacionais apontava para grandes esperanças da ciência brasileira.



físico é escandaloso, pelo que mostra de estagnação antes do Governo Lula e como explode na constância de aumentos em bilhões a partir dos fundos setoriais. “Lula eliminou o contingenciamento constante que havia, até 2004, o que mudou drasticamente o cenário de recursos”, disse Rezende, salientando, contudo, que, a partir de 2010, recomeçam os contingenciamentos, com “queda dramática” no governo atual.

Em 2013, durante o Governo Dilma, os empenhos do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação são de R\$ 8,4 bi, caindo em 2016 para R\$ 4,3 em R\$ 3,2 bi em 2017. Rezende defende que não se trata de falta de recursos, já que reportagem do Valor Econômico mostra que os gastos do governo golpista com juros praticamente dobraram em um ano. São R\$ 600 bi em 2016, ou R\$ 2 bi por dia útil. “A economia de R\$ 4 bilhões na CT&I significa 2 dias de juros”, compara ele.

Rezende também mostra uma coincidência entre os oito países (EUA, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália) que têm a maior proporção de seu PIB gerado na economia do conheci-

mento, cerca de 70% de tudo que produzem. São os mesmos oito países no ranking da maior produção de conhecimento, publicações de resultados científicos e registros de patentes do mundo.

Ele ainda destaca que, na área de engenharia, a China tem o dobro de papers publicados em relação aos EUA, área em que a Coreia do Sul também entra para o time. “Dois dias atrás, li na Nature que os chineses criaram um megaministério de ciência”, informou ele.

O cientista diz que o Brasil não vai se desenvolver se não tiver um sistema de C,T&I robusto e com forte apoio federal. Apesar do início tardio, nas últimas décadas o País construiu um sistema de C,T&I extenso e qualificado, que tem dado contribuições concretas para o nosso desenvolvimento. “Porém elas ainda não têm a dimensão necessária para uma Economia do Conhecimento. O Brasil precisa ter uma Política de Estado para C,T&I, articulada com uma Política Industrial, com continuidade, aperfeiçoamento e expansão de ações”, conclui ele.

Eduardo Cassiolato e a desindustrialização no mundo

O coordenador da RedeSist e professor de economia da UFRJ, Eduardo Cassiolato, acrescenta o fato de que as empresas brasileiras gastam cada vez menos de sua receita com pesquisa e desenvolvimento, mesmo com o aumento do faturamento. As multinacionais gastam menos ainda. Segundo ele, as exceções são a Embraer, a Petrobras e as farmacêuticas, estas estimuladas pelo mercado de vacinas criado pelo Governo Federal.

“A indústria de automóveis recebeu incentivos enormes para inovação, mas tudo que fizeram foi importar automóveis e exportar lucros de forma boçal”, critica ele. Houve aumento significativo do conteúdo estrangeiro na demanda final da indústria brasileira, conforme o avanço do Governo Lula, assim como houve um salto enorme nas remessas internacionais das empresas. Em sua opinião, é preciso abandonar uma visão de incentivo estritamente setorial, citando o caso da indústria farmacêutica.

Um dos efeitos dessa assimetria é a geração de empregos formais de até dois salários mínimos e a queda na geração de empregos na faixa acima de 15 salários mínimos, especialmente no Sudeste. “Não é à toa o nervosismo na classe média dessa região”, alerta ele.

Ou seja, segundo os gráficos demonstram, a indústria encolheu, inclusive no Governo Lula. Ele ressalta que trata-se de um fenômeno mundial. “Aconteceu nos EUA e foi o motivo da eleição de Donald Trump, mas estamos falando de um país que tem as

maiores empresas que dominam o mundo”, salientou. Outro dado revelador são os resultados pífios em registro de patentes da USP e da Unicamp.

Outros gráficos mostram a dimensão global da crise industrial, com grande parte do mundo sofrendo redução nos investimentos com inovação. “As taxas de crescimento econômico desde a globalização são inferiores”, demonstra Cassiolato.

No entanto, a China teve um impacto enorme, ao

Cezar Xavier



Eduardo Cassiolato

deixar de ser o lugar do mundo em que se faz montagem final de produtos de baixo valor agregado. Aquele país está fazendo agregação de valor em tudo que produz. “Das sete ou oito primeiras marcas globais, cinco já são chinesas”, afirmou o economista.

Outra medida fundamental para compreender o pós-crise de 2008 foi a explosão do protecionismo no âmbito do G20. “O Brasil é única exceção”, destaca. Os EUA eram responsáveis por 15% e passam a 40% das proteções mundiais ao comércio, com Trump. “O mundo será mais fechado”, diz ele. “Qualquer estratégia a ser desenvolvida pelo Brasil deve levar em conta esse cenário”.

O impacto da financeirização das empresas é outro aspecto que afeta e reduz sua produtividade. As 43.060 maiores transnacionais têm 40% dos seus ativos controlados por 147 corporações, sendo a maioria absoluta destas (75%) instituições financeiras. A proporção da renda a partir de juros, dividendos e ganhos de capital-mercado-investimento na receita total das transnacionais cresceu de 20% em 1980 para 60% em 2001.

A remontagem do sistema nacional de CT&I nos EUA se dá por meio das áreas da defesa, saúde e energia. “Obama tentou incentivar fontes renováveis mas foi dizimado pela indústria automobilística”, revelou Cassiolato. “Tudo ali é definido na Cia; Trump não deixa vender empresas estratégicas; os EUA são um país livre da boca pra fora.”

A China, por sua vez, investe em defesa, mercado interno, novas fontes de energia, a partir de um paradigma curiosamente baseado em Celso Furtado e Inácio Rangel, dois economistas brasileiros fundamentais para o pensamento desenvolvimentista.

E o Brasil? Segundo Cassiolato, temos as vantagens do paradigma social e ambientalmente sustentável. O enfrentamento das necessidades fundamentais da sociedade brasileira, como saúde, educação, acesso à água, saneamento e mobilidade urbana, tornam o país pleno de possibilidades de investimento e inovação. Outro aspecto a ser explorado é o amplo potencial do mercado interno e seu território. Um cenário parecido com aquele que a China explorou.

“No entanto, jogamos um bilhão de reais no lixo para o Movimento Empresas Inovadoras, até 2014, que não representou nada em tecnologia avançada. Na Olimpíada, o Rio perdeu a oportunidade histórica de usá-la como instrumento inovador, como a China fez”, ataca ele. Ele conta que o Rio implementou um Veículo Leve sobre Trilhos importado da China, enquanto a cidade do Crato tem um VLT inovador que vence concorrências.

Apesar desses desperdícios, o economista considera que o Governo Lula ampliou e aprofundou o ensino técnico e inovador, o que contribuiu para o sistema de CT&I de forma significativa. “Mas faltou criar um regime macroeconômico favorável. A formulação de um projeto nacional precisa ser participativa e coesa.”

Cezar Xavier



Helena Lastres

Helena Lastres e a economia marginal e invisível

Especialista em Arranjos Produtivos Locais, a professora de economia da UFRJ, Helena Lastres, defende a necessidade de uma estratégia de ciência, tecnologia e inovação estar atenta às potencialidades regionais, e não apenas ao eixo comum de industria-

lização. Ela observa que o cenário econômico de crise desfavorece esse tipo de produção e inovação, por priorizar setores produtivos que não oferecem risco.

“A subordinação à lógica financeira e curtoprazista, que visa a redução de riscos e maximização de retornos rápido do investimento, favorece mercados já consolidados em detrimento dos objetivos do desenvolvimento”, disse ela. Além disso, na opinião dela, esta lógica acirra competitividades espúrias; desintegração e dessolidarização. O desafio aqui é orientar, monitorar e avaliar a sustentabilidade financeira dos empreendimentos.

Helena acusa os atuais marcos regulatórios, condições e regras para financiamento ao desenvolvimento de operar pela exclusão e desigualdade de condições. De forma técnica e implícita, essas condições impõem uma política excludente de agentes, empreendimentos e territórios carentes que não encontram outra forma de fomento senão aquela oferecida pelo estado.

“É preciso haver uma urgência em alterar os ‘regimes malignos’ e a ‘criminalização do apoio ao desenvolvimento’, que restringem a própria possibilidade de implementar qualquer projeto soberano de desenvolvimento”, disse a economista, referindo-se a episódios de inquéritos abertos contra servidores ou agentes públicos que atuaram na análise, avaliação e aprovação de incentivos a empreendedores estratégicos para o desenvolvimento local.

Mas Helena pondera sobre a necessidade de “jogar ao mercado” as empresas, após um tempo de incentivo. Ela citou o caso da empresa de alta tecnologia pernambucana vendida no auge, antes do prazo estabelecido pelo contrato de incentivo, com alta remuneração. “A empresa foi fechada para não competir com aquela que a comprou e o empresário foi cooptado para atuar em outro país”, relatou.

Para ela, é primordial a superação da lógica financeira neoliberal, ou “paleoliberal”, como ela prefere se referir, que funciona como uma ameaça à coesão federativa. Outra ameaça ao desenvolvimento local é a “colonialidade do saber”, ou seja, a imitação de procedimentos, conceitos e modelos desenvolvimentistas de outros países, que se revelam obsoletos ou inadequados, justamente porque colocam “fora do radar” (ou excluem) importantes agentes, territórios, conhecimentos e atividades produtivas e inovativas.

Helena acredita que estes procedimentos colonizantes adotados por consenso entre especialistas acabam por criar novas e mais complexas formas de dependência, distância e desigualdade. Em sua opinião, matrizes de pensamento, teorias, indicadores e metodologias não são neutros, por isso não podem

ser copiados, embora ela acredite que eles possam servir de referência desde que contextualizados e ancorados nos objetivos estratégicos de desenvolvimento das diferentes situações a que se destinam. “Somos obrigados a falar a língua dos outros e usar os óculos dos outros”, comparou ela, mencionando a ortodoxia “paleoliberal” como uma dessas lentes estrangeiras.

Países menos comprometidos com o padrão hegemônico são os que podem contribuir e liderar novos modos de desenvolvimento, justamente porque não veem as práticas de países ricos como modelos. Enquanto isso, no Brasil, as vergonhosas exclusões e desigualdades sociais e regionais continuam a ameaçar o nosso rico patrimônio natural e cultural.

O setor público precisa apoiar arranjos produtivos locais por meio de encomendas de pequenos produtores (alimentos, uniformes, equipamentos, móveis) ou também de redes de empresas que produzem soluções inovadoras, ao menos no início de sua consolidação.

A garantia de demanda, defende Helena, é o mais efetivo mecanismo de apoio a arranjos produtivos locais. “Você pode dar incentivo para uma empresa surgir, mas depois ela não consegue vender”, explicou. Através da utilização do poder de compra, é possível mobilizar capacitações produtivas e inovativas em todo o país. Com isso, resolve-se algumas das mais graves e prementes ameaças: a desindustrialização e a escalada das importações de tecnologias, bens e serviços de alto conteúdo tecnológico.

Cezar Xavier



Maryse Farhi

Maryse Farhi e a inteligência artificial

A economista da Unicamp, Maryse Farhi, comentou da urgência de “sairmos desse quadro de excelentes produtores de matéria-prima por meio do surgimento de um produto de alta tecnologia”. Mas ela não vê passos dados nesse sentido.

Tendo atuado como “trader” no mercado financeiro, a professora afirmou que sua categoria está perdendo emprego, substituídos por algoritmos. 70% das ações e 85% da variação do câmbio são feitas por algoritmos. “O tempo tecnológico está acelerando muito e vamos dar tchauzinho bem de longe”, considerou.

Luiz Martins e a especulação financeira

Cezar Xavier



Luiz Martins

O economista da Finep, Luiz Martins, comentou como a especulação financeira neoliberal prejudica toda a sociedade para beneficiar alguns. A manifestação mais danosa disso seriam as bolhas especulativas, em que um beneficiário da riqueza prometida por títulos passa de um pra outro, até alguém ficar com o mico, quando a bolha explode. A mentalidade perversa em torno disso é: “deixa quebrar, que o estado intervém para salvar todo mundo”. “Houve a estatização do sistema financeiro norte-americano”, resumiu.

Martins também considera que, na década de 1970, o Brasil estava muito mais próximo da fronteira tecnológica do que hoje, mais de 40 anos depois. Em sua opinião, a política industrial não pode ser feita no gabinete dos grandes pensadores. Também analisa que não vamos repetir a Coreia. Pelas características daquele país, não houve investimento direto, e as condições de importação e inovação tecnológica eram diferentes.

Ele afirma que é preciso considerar que os detentores de estoque não produtivo do Brasil são não-residentes. Para ele, os problemas do Brasil não são de capacidade tecnológica, como demonstrou ser capaz de resolver problemas complexos de tecnologia social, mas política. “Temer aprofundou o problema político. Como governar se a Manuela ganhar a eleição?”, indagou ele, apontando os limites impostos desde o golpe.

Cezar Xavier



Guilherme Calheiros

Guilherme Calheiros e o otimismo com o brasileiro

Já o diretor do Porto Digital, Guilherme Calheiros, é otimista e desconfia das visões catastrofistas. Para ele, a sociedade exige qualidade de serviço, em geral, não apenas público. “A sociedade não quer carro, mas se transportar com qualidade. É preciso pensar no serviço embutido no produto, não apenas no produto”, aponta ele. Ou seja, a tecnologia precisa resolver demandas sociais.

Ele duvida de um cenário de fim dos empregos ou do atraso tecnológico do Brasil. “O uso de tecnologia pode provocar um salto de qualidade industrial, e não apenas afastar da indústria”, diz ele, defendendo a capacidade do brasileiro aprender e inovar como usuário reconhecidamente qualificado de tecnologias que chegam do mundo todo.

Elias Jabbour e o gargalo da infraestrutura

O debate que encerrou o seminário tematizou os desafios da infraestrutura, da energia e da cadeia de petróleo e gás para retomada do desenvolvimento nacional. O potencial gigantesco e inexplorado de energia no território nacional tem sido tratado de forma leviana e imprópria pelo governo golpista, além do andamento do golpe estar aprofundando uma etapa extremamente danosa para o desenvolvimento da nação.

O economista Elias Jabbour introduziu o tema lembrando que, na inauguração do primeiro metrô do país, em São Paulo, em 1975, o mais moderno à época, foi construído com trilhos, vagões e escadas rolantes brasileiros, entre outras tecnologias. No mesmo ciclo político, foram construídas as usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, além da ponte Rio-Niterói, com o Brasil dando mostras ao final da dé-

Cezar Xavier



Elias Jabbour à direita

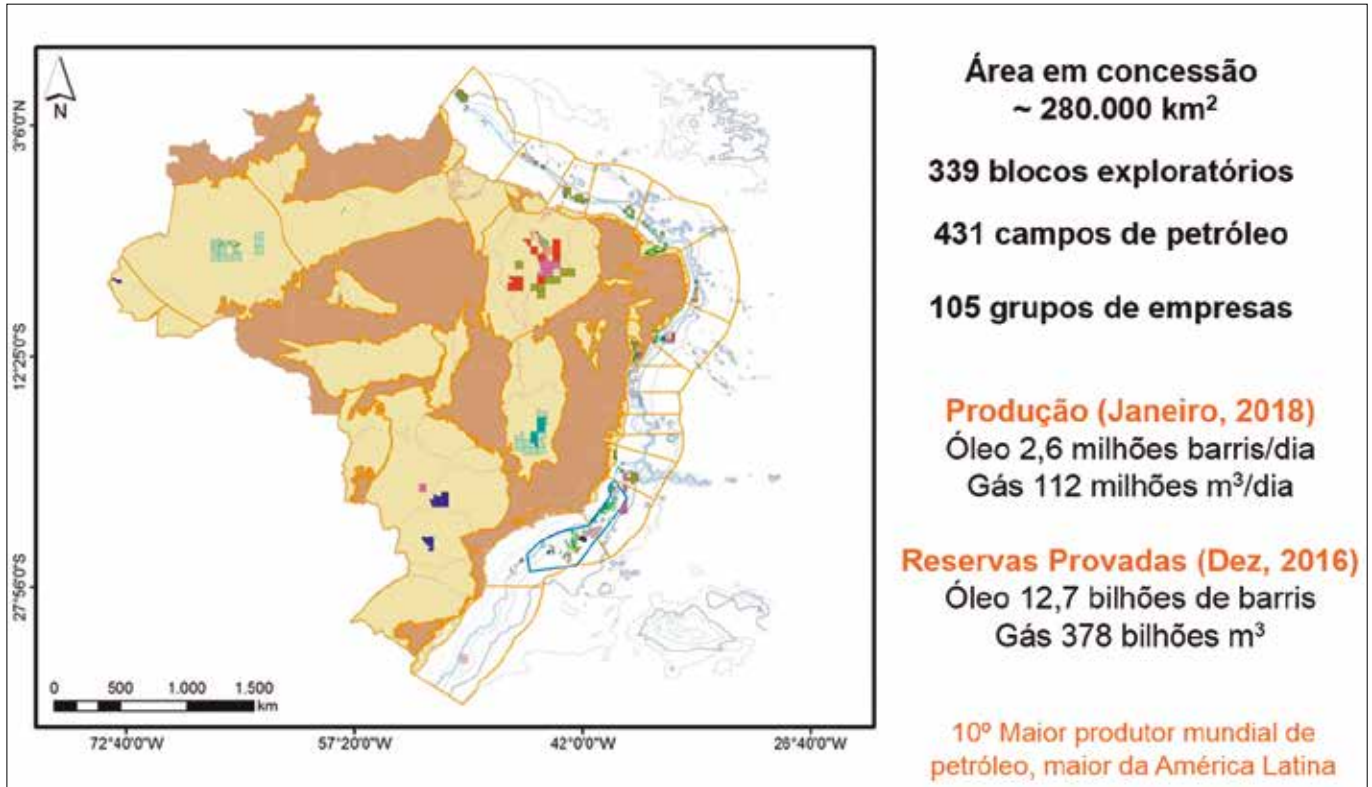
cada de 1970, de que estava se tornando uma grande potência. “Apesar disso, estamos sempre ouvindo que o gargalo do Brasil é a infraestrutura, que, com o andar da carruagem, devem ter seus investimentos rareados”, afirmou.

Eliane Petersohn e o potencial geológico latente do Brasil

A geóloga e superintendente de Definição de Blocos da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), Eliane Petersohn, fez uma exposição simples e contundente ao apenas apresentar o potencial petrolífero brasileiro. Apesar disso, o que mais repetiu foi o baixíssimo investimento em exploração e produção de bacias sedimentares, por todo o país. Ainda sem autonomia plena na geração de seu próprio gás natural, o país tem enormes possibilidades de encontrá-lo em seu território, assim como áreas de dimensões continentais com altíssimas possibilidades de encontrar óleo, em que outros países, como a Guiana, já investem, mas o Brasil não. Áreas de exploração que já foram forte elemento de desenvolvimento local, estão em decadência por falta de investimento em revitalização dos poços.

Dos 339 blocos exploratórios, cerca de 100 são operados pela Petrobras, e dos 431 campos de petróleo, 330 também são operados pela Petrobras. Dos 105 grupos de empresas explorando petróleo no Brasil, metade são nacionais.

Eliane diz que o pré-sal já é uma realidade no Brasil e representa metade dos 2,6 milhões de barris por dia. Em cerca de cinco anos, o pré-sal deve dobrar essa produção com a incorporação de novas áreas de exploração. O Brasil já é considerado o décimo maior produtor de petróleo do mundo, o maior da América Latina.



Um gráfico histórico demonstra o salto gigantesco dado na exploração de petróleo em apenas vinte anos. Somente durante os Governos de Lula e Dilma, as exportações subiram de 19 barris por dia para um milhão de barris por dia. Apesar de ter praticamente quadruplicado a exploração de gás natural, o Brasil ainda não é autossuficiente.

Ela mostra que a dimensão da área sedimentar brasileira é tal que pode atrair diferentes empresas para operar no território. O pré-sal é o que mais exige tecnologia e capacidade de investimento, além das bacias marítimas convencionais (offshore) e as bacias terrestres (onshore).

Mais que isso, Eliane mostra como o Brasil ignora seu potencial energético, por não explorar sua gigantesca bacia sedimentar. A atual área contratada para exploração, segundo ela, é de menos de 4% da área sedimentar total. Duas bacias nunca foram sequer perfuradas, que são Madre de Deus (AC) e Pernambuco-Paraíba. “Nunca furamos um poço para saber o substrato geológico dessas áreas. Temos 29 bacias com interesse para petróleo e apenas dez produzem, hoje”, diz ela.

Desde 1939, quando foi furado o primeiro poço de petróleo no Brasil, foram perfurados apenas 30 mil poços. “Os EUA furam 25 mil poços por ano, e já dispõem de 700 milhões de poços perfurados. Isso

revela o desconhecimento do nosso substrato geológico e nossas bacias sedimentares”, lamenta ela. Há enormes bacias sedimentares espalhadas de norte a sul com propensão à exploração de gás natural, de acordo com ela.

A bacia do Parnaíba, conforme explica Eliane, desenvolveu tecnologia eficiente para converter gás em eletricidade, que pode ser distribuído pelo Brasil todo. “Se a gente aplicar esse modelo de monetização de gás nas outras bacias, podemos gerar muito mais recursos para todo o país”, sugeriu. Em sua opinião, é possível replicar o modelo de exploração bem sucedida das bacias de Solimões e de Parnaíba nas demais bacias, mas é preciso investimento em aquisição de dados, de geologia e geofísica e precisa da perfuração de poços para o conhecimento do tipo de rocha, suas características, e saber se pode haver acumulação de gás ou óleo.

A preciosa explanação de Eliane aponta o que pode ser feito, também em bacias maduras, muito perfuradas, onde a exploração está em declínio. Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo e Espírito Santo são ideais para pequenas e médias empresas, importantes para geração de emprego e distribuição renda. “Como elas já passaram pelo pico da produção é preciso fomentar a atividade exploratória nessas áreas por seu papel socioeconômico para o país”,

Cezar Xavier



Eliane Petersohn

observa. Mas o que tem ocorrido nestas bacias é uma redução quase total na perfuração de poços, nos últimos cinco anos, o que significa menos emprego e geração de renda. Neste caso, ela considera que é preciso revitalizar as atividades terrestres, fomentar a pequena e média empresa que operam nestas bacias maduras.

Na margem equatorial, as bacias marítimas são pouco conhecidas e pouco exploradas. A bacia do Ceará e Potiguar produz em águas rasas, mas não tem exploração em águas profundas. “A margem equatorial brasileira tem uma evolução geológica parecida com a do oeste africano, onde foram feitas várias descobertas de óleo”, diz ela, defendendo o potencial de descobertas em águas profundas.

A geóloga mostra que a Guiana colocou algumas áreas em concessão depois do Brasil e já foram feitas sete descobertas de mais de três bilhões de barris de petróleo recuperável. “E não conseguimos testar este mesmo modelo na bacia da foz do Amazonas, ainda, que é o modelo do oeste africano e que está dando certo na Guiana”, criticou. Completando o quadro da baixa exploração do potencial energético, ela mostra que, com exceção de Campos e Santos, todas as bacias da margem leste, desde Pernambuco até o Rio Grande do Sul, são pouquíssimo exploradas e conhecidas por falta de perfuração. Campos, que já foi a grande bacia produtora do país, teve seu auge em 2012 e vem caindo gradualmente, demandando revitalização da exploração.

Entrando no Pré-Sal, que é uma situação diferenciada de potencial petrolífero no país, ela explica que ele ocorre nas bacias de Campos e Santos, com grandes descobertas de óleo leve, de elevado valor comercial, com alta produtividade dos poços. “Isso faz do pré-sal algo muito singular. É uma das maiores descobertas petrolíferas do mundo que pode ser usada em benefício do povo brasileiro”, afirmou. Dos 2,6 milhões de barris/dia, só o pré-sal já produz 1,4 milhão, com meta de chegar a 5 milhões no curto prazo, já que a maior parte das jazidas não foram exploradas.

A ANP tem aberto licitações para que as empresas façam as atividades exploratórias e de produção. A 15a. Rodada, em 29 de março, visa atrair empresas para exploração em Parnaíba e Paraná, em terra, Ceará, Potiguar, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos, em mar, fora do polígono do pré-sal. Também vai haver licitação exclusiva do pré-sal, restrita ao polígono, com vislumbre de potencial de descoberta de até 17 bilhões de barris.

Outra medida para revitalizar e fomentar a atividade exploratória de petróleo no Brasil é a oferta permanente de áreas, já devolvidas à ANP. Elas demandam grande quantidade de investimentos para aquisição de dados.

O Brasil possui potencial petrolífero altamente promissor com expectativa de descobertas de óleo em todas as bacias, desde que haja investimento na aquisição de dados geológicos e geofísicos. As bacias terrestres de Nova Fronteira possuem potencial para descobertas de gás natural, em que o Brasil não tem capacidade de suprir sua demanda total. Portanto, qualquer descoberta no Paraná, por exemplo, onde há forte demanda de energia para a indústria, será benéfico.

Também é preciso revitalizar as atividades nas bacias maduras para aumentar a produção e o fator de recuperação e para fomentar as pequenas e médias empresas. “As rodadas de licitações e a oferta permanente representam um dos mecanismos para a retomada do setor petrolífero brasileiro”, concluiu ela.

Thiago Mitidieri e a criminalização do financiamento

O presidente da Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES), Thiago Mitidieri, fez uma apresentação alarmante sobre a situação dramática e ameaçada do banco de financiamento da infraestrutura nacional. Dirigindo a Associação desde a implantação do golpe, ele é testemunha do “massacre” sistemático que o Banco vem sofrendo pela mídia, e por ações de governo que cumprem o papel de desconstruí-lo em seu papel de desenvolvimento, ao eliminar os instrumentos.

Ele relatou o episódio de uma pesquisa encomendada pela gestão de Luciano Coutinho, feita pela universidade de Columbia (EUA), e entregue na gestão golpista. Conforme seu relato, a pesquisa não foi divulgado ou discutida, apresentada em evento fechado e sem acesso dos funcionários. “O resultado da pesquisa é um tiro no coração desse grupo de economistas e neoliberais que entendem que o mercado é que vai resolver e realizar os investimentos”, diz ele.

“Se antes tínhamos a Al Qaeda, agora temos o Estado Islâmico. Um grupo mais fanático e com ideologia muito mais forte, muito menos razoável quando se trata de discutir desenvolvimento”, compara ele.

Mitidieri apresenta dados da ABDIB, que apontam que o déficit de infraestrutura nacional é de R\$ 3 trilhões, o equivalente a 50% do PIB; o principal

Cezar Xavier



Thiago Mitidieri

gargalo na economia. O gráfico histórico revela uma redução dos investimentos da ordem de 5% para menos de 2%, do período do regime militar para cá. Outro gráfico comparativo mostra um ranking de qualidade da infraestrutura de 144 países, em que o Brasil está na 120a. colocação, embora seja a décima economia do mundo.

No entanto, o economista considera que esse gargalo é um campo de oportunidades e novos investimentos, podendo funcionar como motor para saída da crise. “O investimento é uma variável fundamental para isso, especialmente o investimento em infraestrutura”, afirmou. Ele falou da importância de estar participando desse processo de debate com a candidatura de Manuela D’Ávila, especialmente para demonstrar como o BNDES está ameaçado em sua existência, mesmo sendo uma instituição tão estratégica para o desenvolvimento nacional.

A principal conclusão do estudo é que o setor privado não tem apetite para investir/financiar infraestrutura, não só no Brasil, mas no mundo todo. Novos investimentos (greenfield) são vistos como de alto risco, longo prazo de maturação e retornos modestos, preferindo assim, investimentos com infraestrutura já pronta (brownfield).

Além disso, o sistema financeiro privado tem o problema do curtopraxismo, que não tem interesse de investimento em infraestrutura, em que o capital tem retorno num período muito longo. Este setor ganha muitas vezes mais em investimentos de curto

prazo, bolsa de valores, mercados derivativos, crédito a pessoas físicas...

O papel do BNDES no Brasil é o de ser o principal financiador de infraestrutura do país e está sendo desmontado em seus instrumentos, de acordo com Mitidieri. Ele operava com um arranjo de funding estável de longo prazo dado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a TJLP (taxa de juro de longo prazo), taxa de referência do BNDES.

O economista lembra que a TJLP foi criada por Ciro Gomes, quando ministro da Fazenda em 1994, como uma compensação ao fato de que a Selic teria que ser muito alta para segurar a inflação no contexto do Plano Real. Os economistas “moderados” da época perceberam que, se não houvesse uma válvula de escape, os investimentos de longo prazo iriam por água abaixo. “A TJLP era financiada pelo governo, mas era uma taxa compatível com um banco de desenvolvimento, ao ter uma condição diferenciada para atuar. Ela sinaliza algo para o setor privado. Se você for praticar uma taxa de mercado, o setor privado pode ocupar esse lugar”, explica ele.

Por outro lado, o funding do banco está sendo desidratado, lamenta ele, e o Banco está ficando “nanico”. Ele conta que o FAT já demonstrava em 2008 que não seria suficiente e vieram os empréstimos do Tesouro Nacional, por retração de liquidez do setor privado.

Em outra etapa da crise mundial, houve excesso de liquidez e os juros negativaram em todo mundo, ao contrário do Brasil. Com isso, havia o risco do empresariado brasileiro trocar dívida cara em reais, por dívida barata em dólar, gerando uma dolarização do balanço das empresas. “Num pequeno espirro do mercado internacional, em que houvesse uma pancada no câmbio, essas empresas entrariam em grande dificuldade, criando um problema macroeconômico muito sério”, analisa ele.

Mitidieri explica que o BNDES cumpriu um papel estratégico neste momento, mesmo não sendo sua função clássica, já que o Banco Central é hostil a qualquer política desenvolvimentista, e não fez o movimento que outros bancos centrais fizeram em todo o mundo. “Sem esse papel fundamental do BNDES, hoje poderíamos estar numa situação muito pior do que nós estamos”, observou.

Com o fim da TJLP, foi criada a TLP baseada na NTN-B, com forte oscilação, totalmente incompatível com investimentos de longo prazo. “Taxas que são um tiro no coração do Banco”, declarou, mostrando o gráfico dos baixos desembolsos do Banco.

O representante dos funcionários contou do dia da condução coercitiva pela Polícia Federal, na Ope-

ração Bullish, de 37 funcionários. O espetáculo de mídia tinha o único objetivo de perguntar se alguém conhecia o ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci. “Tudo isso são estratégias de minar o banco, pois os funcionários estão com medo de assinar papéis, afinal, um funcionário qualquer do TCU que não sabe nada sobre o funcionamento do Banco pode aparecer e dizer que está tudo errado, congelar conta de funcionário e conduzir coercitivamente”, lamentou.

Ele ainda relatou que o funcionário contratado pela atual gestora do BNDES para encontrar mal-feitos e punir, saiu do Banco dizendo que os funcionários estão vivendo uma ditadura dos órgãos de controle. Após comissões sobre JBS, Frigorífico Independência e Odebrecht, ele não encontrou nenhuma irregularidade cometida por funcionário do Banco. Da mesma forma, a terceira CPI instalada pra investigar o BNDES também não encontrou nada, nem indiciou nenhum funcionário. “Isso revela que o BNDES é uma instituição que não se corrompeu”, afirma.

Mitidieri defendeu que as empresas de engenharia nacional precisam ser recuperadas, pois outros países demonstram que casos de corrupção não precisam destruir empresas estratégicas para a economia nacional. “A gente não pode cair nessa história de achar que, por questões morais, vamos destruir nosso sistema produtivo, porque isso não interessa aos brasileiros, só interessa a quem não gosta do Brasil”, concluiu.

André Araújo e as privatizações estratégicas

O advogado André Araújo discutiu a situação da Petrobras e da Eletrobras, que ele considera instrumentos fundamentais para qualquer projeto de desenvolvimento nacional, ambas sob ataque privatista. Ele ressalta que a mídia nacional vende uma ideia totalmente distorcida sobre empresas petrolíferas. Das 20 maiores empresas de petróleo do mundo, as quatro maiores são estatais, três chinesas e uma árabe. Treze dessas 20 são estatais e nenhuma está a venda, pois são consideradas empresas cruciais para seus países.

Aprovações e desembolsos do BNDES (em R\$ milhões, média trimestral)



Araújo conta que, a partir dos anos 1970, com a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), a geopolítica do petróleo mudou completamente, com as estatais e seus governos controlando o preço do barril, equivalente a 80% da produção mundial (apenas Rússia e México não participam do organismo, ambos com forte controle estatal, também). Segundo a Cambridge Energy Research, 92% das reservas de petróleo do mundo pertence a petrolíferas estatais. “Não há nenhuma tendência a privatização do petróleo no mundo. O controle do petróleo no mundo é estatal, produção e cada vez mais o refino”, afirmou, ressaltando que as majors Exxon, Shell e Chevron são apenas prestadoras de serviço, com pouquíssimos ativos em reservas petrolíferas.

“A ideia de que a Petrobras deve ser privatizada é esdrúxula e estúpida”, diz ele, argumentando que

Cezar Xavier



André Araújo

a Petrobras é uma das 20 maiores empresas de petróleo do mundo, com mais 12 estatais nesse clube iguais a ela.

Mas Araújo diz que a situação está bem complicada, pois a gestão atual está vendendo pedaços críticos da Petrobras. A BR Distribuidora, à venda, é simplesmente “o caixa”, o capital de giro da Petrobras, já que a maior parte dos projetos da empresa tem retorno a longo prazo. “Há uma preparação nítida para desbasta a Petrobras e deixá-la pronta para ser privatizada”, contou ele, mencionando entrevistas de presidenciáveis, cujo assunto principal é a privatização da Petrobras, como se o principal projeto do candidato para o país fosse a entrega da empresa ao setor privado. O tema faz parte dos programas de governo dos candidatos como algo perfeitamente lógico.

A Petrobras não é “apenas” uma produtora de petróleo, mas é uma grande compradora “de tudo” no Brasil, bens de capital e tecnologia. “Com a eventual venda da empresa, o crescimento do Brasil entra num buraco negro”, comparou. Segundo ele, o Brasil perde um ativo criado no país, com esforço, conhecimento e dinheiro do povo brasileiro.

Para Araújo, a Eletrobras é ainda mais estratégica, por ter o controle de todo o sistema integrado de energia elétrica brasileira. Para efeito de comparação, os EUA não têm um sistema integrado de produção de energia, com cada cidade produzindo sua própria eletricidade em usinas locais. “O nosso sistema é integrado e nacional, pois a energia de Belo Monte chega a São Paulo, a de Itaipu chega a Recife”, conta ele.

Araújo considera absurdo a venda de 176 usinas por R\$ 12 bilhões, quando numa comparação simples com a produção de quilowatts por empresas europeias, a Eletrobras deveria valer, pelo menos, R\$ 380 bilhões. “Para construir as usinas de novo custaria bem mais que R\$ 12 bilhões, pois só Belo Monte custou mais que o dobro disso”, contou. Outra informação que demonstra a bandidagem em torno desta negociação é que, só a concessão da Cemig (o direito de explorar uma única usina, São Simão, sem sua posse) custou R\$ 12 bilhões. Como o valor da concessão destas 176 usinas da Eletrobras não estão incluídos no balanço, o valor dela é maior que R\$ 380 bilhões.

Ele aponta o ridículo que é dizer que o governo precisa de R\$ 12 bilhões, portanto vai vender a empresa por R\$ 12 bilhões. Ele lamenta a ausência da mídia neste debate, em que ninguém critica estes elementos, sem contraponto e se posicionando a favor disso. “Provavelmente, o comprador da Eletrobras será uma estatal, talvez chinesa. Não faz o menor sentido”, afirmou.

Outro elemento assustador deste período golpista é que a Petrobras está sendo processada pelo Departamento de Estado dos EUA, podendo gerar um prejuízo de bilhões à empresa. “Nenhuma empresa de petróleo do mundo está sendo processada nos EUA, só a Petrobras”, salienta ele. O processo começou no Brasil e foi levado “como um presente” para o Departamento de Justiça dos EUA. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, esteve em fevereiro de 2015 no Departamento de Justiça dos EUA para uma missão não revelada, que coincide com o início do processo lá fora.

Embora haja acordo prevendo a possibilidade do Brasil invocar cláusula de interesse nacional interrompendo este processo, o governo brasileiro nunca se defendeu desse processo, “que anda sozinho”. A embaixada brasileira nunca fez um telefonema ou enviou alguém para acompanhar esse processo. A estatal brasileira está sendo defendida por advogados americanos, embora seja uma empresa estratégica para o interesse nacional. “Está sendo processada como se fosse uma empresa privada como parte de um jogo de interesses para mostrar que a empresa é ineficiente e precisa ser privatizada”, afirmou o ex-empresário e renomado advogado brasileiro de empresas e fundos de investimento americanos.

A multa de R\$ 10 bilhões foi gerada e paga aos acionistas americanos, antes de chegar ao juiz, como parte de um acordo que gerou prejuízo de balanço para a Petrobras. “A Petrobras está sob uma gestão temerária. Estamos há quatro anos com prejuízo na empresa”, criticou, lembrando que a empresa perdeu a capacidade de agir internacionalmente ao vender todos os seus ativos no exterior. “Vendendo essa empresa, pode dar adeus ao crescimento. Não tem para onde crescer.”

Para concluir, o pesquisador mencionou ainda o caso do BNDES, já discutido, e a diminuição do maior banco público do Brasil, o Banco do Brasil, abrindo espaço para bancos privados, além da provável privatização da Caixa Econômica Federal, todos considerados estratégicos para financiar o crescimento do país. “Não teremos instrumentos para crescer. Quem vai encomendar os bens para a industrial nacional? Se a China comprar a Eletrobras, ela compra as turbinas na China. Além de tudo, vamos transferir produção para fora”, encerrou.

Sérgio Amadeu e a infraestrutura digital

O professor e ex-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Sergio Amadeu, falou da infraestrutura de redes digitais para mostrar a dimensão da ordem de problemas que atinge o país nesta área. Ele aproveitou para mencionar que o

Cezar Xavier



Sérgio Amadeu

mensageiro instantâneo Whatsapp foi vendido para o Facebook por um valor quatro vezes maior do que o governo brasileiro quer vender a Eletrobras.

Apenas quatro tubarões brancos (white sharks) do mundo informacional faturaram em 2016 o equivalente a um quarto do PIB brasileiro (US\$ 1,7 tri): Apple (US\$ 215 bi), Amazon (US\$ 135 bi), Google (US\$ 90,2 bi) e Facebook (US\$ 27,6), num total de US\$ 484,4 bilhões. Sem mencionar os gigantes chineses que começam a chegar ao Ocidente: Baidu, Ali Baba, Haiwei e Tencent. Do Brasil, no entanto, não se sabe de nenhuma empresa informacional relevante mundialmente.

A estratégia de transformação digital do Governo Temer não fala mais em tecnologia da informação, mas fala em internet das coisas e economia de dados, que é o coração da economia digital. A economia de dados é que sustenta empresas como Facebook e Google que vendem pouca coisa, pois coletam dados pessoais e empresariais, modulam o comportamento e vendem essas informações organizadas em amostras. “Embora a Cambridge Analytics seja uma empresa mafiosa, não foi um vazamento de dados o que o Facebook acusou. Aquela consultoria permite o acesso de centenas de empresas aos dados do Facebook, pois é isso que ela faz. O problema não é a Cambridge Analytics, mas o Facebook, que tem 78% dos brasileiros em sua plataforma e 84% dos brasileiros se comunicam pelo Whatsapp, do grupo Google. “E não há uma empresa brasileira que tenha uma rede social no mundo hoje!”, pontuou.

O mundo está numa economia informacional, que é o principal fator de rendimento dos EUA, e deve se tornar da China em 2020. Ou seja, pra debater desenvolvimento econômico no Brasil é preciso incluir a economia informacional. Amadeu criticou a parceria entre prefeituras de todo o Brasil e o Google Education, que oferece a localidades pobres e

sem recursos, sistema de logística, banco de dados, email, sistema de notas etc. Com isso, o Google passa a ter, também, os dados de todas as crianças com menos de dez anos.

“Como disse uma assessora da presidenta Dilma, tecnologia a gente usa qualquer uma. É que nem caneta, a que funcionar, serve. Tecnologia da informação não é uma caneta, é um fator de desenvolvimento crucial, são tecnologias da inteligência, que não dominamos. Os países que dominaram a revolução industrial se tornaram os países ricos do século XX, não os que apostaram em agricultura”, criticou, salientando que a fronteira da agricultura, hoje, está na biotecnologia que é uma tecnologia da informação. As próprias universidades brasileira, segundo ele, estão sendo sucateadas, vendidas e trocadas por plataformas informacionais.

O sociólogo citou Nicks Meyer Kijek, que define o capitalismo atual como sendo “de plataforma”, em que uma única empresa internacional domina o fluxo de informações e serviços de transporte local de vários países. “O Uber faz isso, tragando dinheiro e precarizando o trabalho em várias cidades do mundo”, disse. “Discutir desenvolvimento com tecnologia da informação é difícil pois nossa inserção é muito ruim, pois somos ausentes dessa pauta, ou temos uma pequena inserção, ou pior, somos um conjunto de empresas compradoras de ‘caneta’. A tecnologia da informação não é uma caneta, é estratégica, ou você domina ou você é usuário, ou você desenvolve ou você não é nada”, afirmou.

O professor da UFABC também acrescentou que a lei eleitoral em vigor nestas eleições, aprovada no final do ano passado pelo Congresso Nacional, proibia campanha paga na internet. Ele considera este aspecto correto, pois não se sabe o que roda atrás dos softwares e plataformas, podendo haver descontrole. No entanto, em seu artigo 57C, a lei diz que é vedada a propaganda paga na internet, “excetuando-se o impulsionamento de conteúdos”. Isso significa que, quem pagar ao Facebook poderá ter garantia de que seus posts serão vistos pelo público que este candidato quiser. Quem não tiver condições de pagar, vai ter a circulação de posts bloqueada, restrita a um pequeno grupo.

Assim, a lei eleitoral proíbe gastos de campanha no UOL ou G1, mas permite em empresa estrangeira. O Google reclamou da exclusividade para o Facebook e também foi incluído no artigo 23, parágrafo segundo: equipara-se ao impulsionamento de conteúdo a venda de resultados em mecanismos de busca. “Na hora que você der uma busca sobre educação, vai aparecer que fulano de tal é o melhor candidato da área nos primeiros resultados”, denunciou.

Ronaldo Carmona e o estado da arte do desmonte

O cientista político Ronaldo Carmona registrou o fato do seminário ter conseguido mostrar o “estado da arte” do desmonte dos instrumentos do estado brasileiro para indução do desenvolvimento nacional. Após 50 anos do nacional-desenvolvimentismo, capaz de tirar o Brasil da condição de uma grande fazenda para ser uma das grandes potenciais industriais do mundo, vão sendo paulatinamente aniquilados, como ocorre com o sistema de ciência e tecnologia, o sistema energético, infraestrutura e os bancos estatais etc.

Cezar Xavier



Ronaldo Carmona

Carmona observa que o Brasil é uma das novas fronteiras da expansão petrolífera do mundo, uma exploração pouco dominada pelos brasileiros. “O próprio serviço geológico dos EUA tem mais domínio das nossas bacias geológicas do que nós, brasileiros; o que nos deixa altamente vulneráveis”, disse. Para ele, é um desafio enorme estarmos submetidos ao entreguismo mau caráter deste governo, mas ainda mais difícil é fazer a população brasileira compreender o que está sendo feito de nossas riquezas.

André Modenesi e a autonomia universitária

O economista e sociólogo André Modenesi remencionou o episódio da criminalização dos funcionários do BNDES, para denunciar as coercitivas contra reitores de universidades federais. Antes do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público Federal começou a acuar o sistema educacional com o diretor do Colégio Pedro II criminalizado por causa de um cartaz de algum partido político num DCE. Depois, o reitor da UFRJ, Roberto Leher teve que responder ao Ministério Público. Ele foi intimado a depor logo após o incêndio da reitoria. Como ele não pode ir, o MP ameaçou uma condução coercitiva. Depois ocorreram os casos do rei-

Cezar Xavier



André Modenesi

tor da UFSC e da UFMG. Ele encerrou relatando como as pessoas se sentem acuadas na universidade devido a estes episódios.

Missão cumprida

O professor Luis Fernandes esclareceu que a estruturação do seminário teve o sentido de colher subsídios, e não consolidar conclusões ou sistematizar estas conclusões.

Cezar Xavier



Luis Fernandes e Elias Jabbour

zar estas conclusões. Mas colher subsídios para formulação do programa de governo da pré-candidata do campo progressista Manuela D´Ávila. “Ainda que estejamos sob o comando de uma força de ocupação, temos que produzir saídas. As saídas são políticas e o momento decisivo do embate serão as eleições deste ano”, afirmou.

*Cezar Xavier é jornalista e integra a equipe de redação da Revista Princípios e do Portal Grabois.

**Oswaldo Bertolino é jornalista e escritor, editor do portal Grabois.org. É autor, entre outras publicações, das biografias de Pedro Pomar, Carlos Danielli, Vital Nolasco e Maurício Grabois.